



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DIEGO SILVA DE SOUZA

CENTRO INDUSTRIAL DE ARATU:
UMA HISTÓRIA CRONOLÓGICA DAS VICISSITUDES

SALVADOR

2014

DIEGO SILVA DE SOUZA

**CENTRO INDUSTRIAL DE ARATU:
UMA HISTÓRIA CRONOLÓGICA DAS VICISSITUDES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Economia da UFBA como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Gervásio Ferreira Santos.

SALVADOR

2014

S829 Souza, Diego Silva de.

Centro industrial de Aratu: uma história cronológica das vicissitudes/ Diego Silva de Souza. – Salvador, 2014.

63 f.; Il.

TCC (Graduação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia.
Orientador: Profº Gervásio Ferreira Santos.

1. Indústria – Bahia. 2. Centro Industrial de Aratu - CIA. 3. Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC. I. Universidade Federal da Bahia. II. Santos, Gervásio Ferreira. III. Título.

CDD: 338.098 142

DIEGO SILVA DE SOUZA

CENTRO INDUSTRIAL DE ARATU:
UMA HISTÓRIA CRONOLÓGICA DAS VICISSITUDES

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO À FACULDADE DE
ECONOMIA DA UFBA COMO REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS.

APROVADA EM: 31/07/14.

BANCA EXAMINADORA: _____

Gervásio Ferreira Santos
Orientador

Daniela Lima Ramos
Doutoranda em Economia da UFBA

Antônio Ricardo Dantas Caffé
Professor – Faculdade de Economia da UFBA

À minha mãe, que muito fez para que eu
chegasse a produzir este trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que deu apoio para produzir este trabalho.

Ao meu colega da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Alan Passos, que deu dicas de produção desta monografia. Créditos à colega de administração Jaqueline Fraga, que também participou em outras dicas peculiares à estrutura deste trabalho.

Aos meus colegas da Faculdade de Economia e eternos amigos, que muito deram apoio para eu poder chegar à produção deste conhecimento. São eles: Allan Santos da Paixão, Alberto Faria, Cristiano Fonseca, Jefferson Assunção, Paulo Rodrigo Guimarães e Rutian Santos.

Ao professor orientador Gervásio, que deu credibilidade, neste trabalho.

[...] é preciso coragem para mudar o que estiver errado. Logo, estará fadado a perder tudo o que ama.

Joe Robertson, personagem dos quadrinhos do Homem-Aranha.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as vicissitudes do Centro Industrial de Aratu (CIA), utilizando como base de comparação o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Para atingir esse objetivo, serão descritas as características do CIA, tais como a infraestrutura e localização, para distinguir suas vantagens e desvantagens comparativas. Além disso, o trabalho também busca situar a política industrial do Estado da Bahia no contexto do CIA e do COPEC. O problema de pesquisa a ser investigado se refere aos motivos pelas quais o CIA não vem tendo um papel preponderante na política industrial do Estado da Bahia. Deste modo, parte de um referencial teórico baseado na teoria dos polos de crescimento, que é utilizado para compreender o arranjo industrial do CIA. A metodologia de pesquisa se baseia em uma pesquisa documental onde são comparadas as vantagens e as desvantagens comparativas entre o CIA e o COPEC. Os resultados mostraram que o CIA necessita de uma atenção especial, no tocante à estrutura, para recuperar o papel preponderante na política industrial do Estado da Bahia.

Palavras-chave: CIA. COPEC. Plano diretor.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Bahia: número de estabelecimentos e de pessoal ocupado (1966-76)	19
Tabela 2 – Perfis dos distritos industriais do CIA e COPEC – 2014	43

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Percentual de estabelecimentos das áreas compreendidas pelo CIA em relação à RMS (1980-95)	21
Gráfico 2 – Percentual de participação das indústrias do CIA e COPEC no PIB nos municípios – 1975	24
Gráfico 3 – Percentual de participação da indústria na região compreendida no CIA em 1980	27
Figura 1 – Mapa de localização do Centro Industrial de Aratu – 2014	62
Figura 2 – Mapa de localização do Polo petroquímico de Camaçari – 2014	63

LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIA	Centro Industrial de Aratu
CMO	Custo de mão de obra
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COI	Custo das Operações Industriais
CONDEB	Conselho de Desenvolvimento da Bahia
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
COPENE	Complexo Petroquímico do Nordeste
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações S. A.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S. A.
PIC	Polo Industrial de Camaçari
PLANDEB	Plano de Desenvolvimento da Bahia
PO	Pessoal ocupado
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SIC	Secretaria da Indústria e Comércio
SICM	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração.
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDIC	Superintendência do Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia
USIBA	Usina Siderúrgica da Bahia
VAB	Valor Adicionado Bruto
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICA INDUSTRIAL DO ESTADO	17
2.1 O CIA E OS DISTRITOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DA BAHIA	17
2.2 POLÍTICA INDUSTRIAL DO ESTADO DA BAHIA	22
3 REFERENCIAL TEÓRICO: TEORIA DOS PÓLOS DE CRESCIMENTO E SUA APLICAÇÃO	30
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	30
3.2 TEORIA DOS POLOS DE CRESCIMENTO	31
3.3 APLICAÇÃO DA TEORIA DOS POLOS DE CRESCIMENTO	37
4 METODOLOGIA	40
4.1 ANÁLISE DOCUMENTAR	40
4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETOS DE COMPARAÇÃO	41
4.3 LEVANTAMENTO DA BASE DE DADOS	41
5 RESULTADOS	43
5.1 O PERFIL DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DA BAHIA	43
5.1.1 Número de empresas	44
5.1.2 Localização	44
5.1.3 Topografia	46
5.1.4 Mão de obra	47
5.1.5 Indústrias	48
5.1.6 Área total	49
5.1.7 Acesso	49
5.1.8 Infraestrutura e serviços de utilidade pública	50
5.1.9 Distância em relação aos portos	51
5.1.10 Características do CIA	52
5.1.11 Características do COPEC	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58
ANEXO	61

1 INTRODUÇÃO

O Centro Industrial de Aratu (CIA) foi fundado em 1967 e tornou-se o percussor simbólico da industrialização baiana. O processo de industrialização teve início em 1960, com a descoberta do petróleo, e sua evolução era lenta nos quesitos estruturais e econômicos. No entanto, nesta mesma época, o governo começava a dar credibilidade à ideia de fundação e criação de distritos industriais na região do nordeste do Brasil. Durante os planos econômicos da época ditatorial, o governo federal passou o comando da autarquia de Aratu, na região Metropolitana de Salvador, para a esfera estadual. Desse modo, Aratu foi escolhido para ser o sítio de localização de um centro industrial com a denominação local. O CIA, portanto, surgiu como alternativa ou iniciativa de desenvolvimento industrial, por parte do governo estadual, considerando a proximidade de Aratu do maior polo dinâmico de desenvolvimento do estado.

A tarefa de construir seu primeiro distrito industrial na Região Metropolitana de Salvador não foi tão simples para o governo estadual. A atividade de obtenção de investimentos resultou na necessidade de obtenção de recursos próprios, por parte do governo. Estes recursos eram predominantemente privados e eram considerados investimentos temporários. Logo, não havia garantia de permanência dos investimentos. O CIA ergueu-se numa área próxima da região suburbana de Salvador, às margens da rodovia BR-324. Nesse centro industrial instalaram-se indústrias de bens de consumo duráveis como siderurgia, química, calçadista e alimentícia. A expectativa era de absorção de mão de obra direta e indireta, maior qualidade de vida e desenvolvimento local na região do subúrbio, que com a evolução da divisão municipal do estado, atualmente, esses investimentos passaram a se situar na zona dos limites municipais de Candeias e Simões Filho. Sendo assim, a tarefa de construir o primeiro distrito industrial se consolida.

As condições físicas para localizar indústrias é problema universal, tanto pelos impactos adversos quanto pelos custos globais de infraestrutura física e social exigidos para a implantação de unidades fabris. Os custos agregados de uma implantação industrial errática (sem falar nos sociais) são bem mais elevados do que uma localização ordenada ou dirigida (BAHIA, 1967, p. 2). Sendo assim, o CIA foi justificativa crucial para a implantação de um complexo industrial bem localizado.

Com a estratégia de especialização do segmento industrial de bens intermediários, uma autarquia estatal denominada COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari) foi a responsável de executar um minucioso plano diretor. Este plano reordenava e criava o complexo situado às margens da Região Metropolitana de Salvador, no município de Camaçari. A consequência foi o aumento da oferta de emprego indireto e de novas ocupações. Com isso, o COPEC pode ser considerado o principal responsável pela organização da ocupação espacial da RMS a partir do ano de 1976. Este distrito industrial era o exemplo de uma indústria motriz, em que o produto dela era focado na base do petróleo.

O CIA, apesar da redução do quantitativo de estabelecimentos na década de 80, mostra uma melhora frente à reestruturação produtiva da década de 90. Três fenômenos podem ser observados a partir de então: a estabilização do Plano Real, a guerra fiscal e a modernização administrativa. Segundo Guerra e Teixeira (2000, p. 7) as expansões setoriais e as melhorias no ambiente macroeconômico nacional, como a ocorrida nos anos de 1994 e 1995, possibilitou um crescimento de, respectivamente, 6,7% e 1,8% do PIB estadual, puxado pela atividade comercial. Sendo assim, o decréscimo do quantitativo industrial das cidades atualmente compreendidas pelo CIA reforçará a hipótese a ser levantada.

A evolução e a remodelagem do CIA ao longo do tempo ocorreram de acordo com os planos diretores e projetos arquivados na de Superintendência de Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia (SUDIC). Estes projetos não deram um norteamento para a solução do caminho que o CIA deveria seguir desde a sua fundação. E o CIA, por falta de planejamento, ficou dependente do fluxo de empresas e não como um distrito, como fora proposto. Diante destas acepções, esta monografia apresenta o seguinte problema de pesquisa: quais foram os motivos da perda de importância do CIA na indústria baiana ao longo do tempo?

Diante do contexto acima e do problema de pesquisa apresentado, o objetivo geral desta monografia é de tornar às claras a razão da degradação do CIA, visando obter elementos que possam ampliar o seu papel na indústria do Estado da Bahia. Justificativas não faltam para a realização desta monografia. O CIA hoje apresenta uma infraestrutura aparentemente aquém do esperado desde a sua fundação. Infraestrutura precária, unidades industriais em estado de abandono, acesso limitado ao porto de Aratu e as margens da BR-324. Existem, também, áreas agrícolas remanescentes, coisa jamais vista em distritos industriais bastante conhecidos

no país, como o caso das indústrias do ABC paulista, o próprio Polo Petroquímico, entre outros.

Para atingir esse objetivo geral será necessário atingir os seguintes objetivos específicos:

- i. Analisar o contexto de fundação e evolução do CIA ao longo do tempo, a partir dos fundamentos do seu plano diretor;
- ii. Constituir um referencial teórico de sustentação de hipóteses e análises sobre polos industriais de desenvolvimento;
- iii. Aplicar uma metodologia de pesquisa documental para avaliar as vantagens e desvantagens do CIA, bem como as políticas e decisões que afetaram o CIA ao longo do tempo, comparando com o COPEC;
- iv. Construir uma síntese de resultados sobre as vantagens e desvantagens comparativas do CIA.

A hipótese a ser admitida neste trabalho é que o CIA não vingou como um distrito industrial pelo fato do desinteresse do governo estadual em levar o projeto adiante. O foco maior estava na questão do projeto nacional de desenvolvimento industrial, como o caso do surgimento do COPEC. Para a o governo e os investidores da época, era mais interessante investir na petroquímica que estava dando vigor e retorno, fazendo frente ao segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Esse plano nacional colocou o CIA em segundo plano, deixando o problema desse distrito a cargo do governo estadual. Acrescentando, o CIA está aquém do que poderia ser um distrito industrial porque sua organização estrutural e forma de surgimento eram de caráter duvidoso: áreas de zoneamento para instalação de quaisquer indústrias, sem nenhum estudo de viabilidade técnica para cada uma dessas empresas.

Além desta introdução, a monografia é composta de mais cinco capítulos. No segundo capítulo será apresentada a temporalidade do Centro Industrial de Aratu, ressaltando também o surgimento do COPEC. A partir da ausência de demanda interna para as indústrias e a instalação do COPEC em 76, será analisada a inserção do CIA nas indústrias do Estado da Bahia. Essa análise busca tornar evidente o detrimento e abandono por parte do governo federal na manutenção e conservação do CIA ao transferir a responsabilidade para a esfera estadual. O estudo de caso do plano diretor de 1967 e o documento síntese do plano diretor de 80 é utilizado para fundamentar o capítulo. Destes planos, são extraídos os antecedentes do

CIA e uma proposta de remodelagem e redefinição da estrutura e segurança do local, visando atrair investimentos por parte do governo do estado (DARZÉ FILHO, 2002, p. 8).

O terceiro capítulo apresenta o referencial teórico utilizado para tratar o problema de pesquisa. O arranjo local é considerado para verificar a influência no desenvolvimento do distrito. A teoria a ser utilizada é a teoria dos polos de crescimento. Os autores que versam a temática são Perroux e Boudeville (LIMA & SIMÕES, 2009, p. 2). Desse modo, capítulo traça um paralelo entre cada elemento da teoria dos polos e o comportamento do distrito industrial de Aratu, evidenciando-se a contradição entre este e à teoria. Esta estratégia permite elencar fatores de desenvolvimento das cidades compreendidas na área de influência do distrito industrial, a saber: Candeias e Simões Filho.

A metodologia é apresentada no capítulo quatro, realizando uma análise documental, com base nos dois planos diretores do CIA e nos artigos descritos sobre o COPEC. O capítulo discorre o conceito da metodologia, evidenciando os pontos que formularão a base de dados dos objetos pesquisados. Com essa base levantada, faz-se uma comparação destes dois objetos de pesquisa e verifica-se qual deles sofre vantagem comparativa. São considerados aspectos como infraestrutura e localização, serão destacados. O aprofundamento do estudo dos planos diretores e os artigos versados sobre o Polo petroquímico possibilita uma reflexão considerável de pesquisa para se chegar ao objetivo inicial deste trabalho.

Os resultados são apresentados no capítulo cinco. A análise das vantagens e desvantagens e dos respectivos planos diretores mostram um planejamento estrutural reconhecível. Também são elencadas as vicissitudes através da comparação com o COPEC, ressaltando as análises de infraestrutura e localização. As considerações a respeito do COPEC se sobrepõem ao distrito industrial de Aratu são tomados para determinados ângulos de análise. O plano diretor de 1980 contorna a situação através da redução da área de influência do distrito, inspirando-se no Polo Petroquímico de Camaçari. Em suma, o aprofundamento deste estudo dos planos diretores em casamento com as vantagens comparativas reforçam o capítulo.

No último capítulo, o capítulo seis, são realizadas as considerações finais. Os resultados mostram que o CIA perdeu importância de distrito industrial preponderante do Estado da Bahia, com a ascensão do COPEC. O trabalho propõe ainda um novo plano diretor do Centro

Industrial de Aratu, baseado em alternativas para fazer frente às estratégias de desenvolvimento local, que podem ser adotados na Região Metropolitana de Salvador.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICA INDUSTRIAL DO ESTADO

O objetivo deste capítulo é situar os distritos industriais surgidos na Bahia. Inicialmente, destaca-se os anos 60 e 70 (período de implantação do CIA e o COPEC, respectivamente). Será analisada a justificativa da inclusão do COPEC em Camaçari. O fato de este distrito ser o agente causador de (des) investimentos ao CIA é uma consideração a ser levantada. A Bahia, a partir do surgimento do COPEC, passou a se especializar nos segmentos industriais de bens de consumo intermediário. Especificamente, no complexo petroquímico, privilegiando a exportação, fortalecendo a dinâmica exógena (GUERRA; TEIXEIRA, 2000, p. 3). Ao final do capítulo realiza-se um questionamento importante sobre o possível esquecimento do CIA.

2.1 O CIA E OS DISTRITOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DA BAHIA

O CIA, atualmente, está localizado na Região Metropolitana de Salvador (RMS), nos limites municipais de Simões Filho e Candeias, distando 18 km de Salvador, 22,5 km do Polo Industrial de Camaçari (PIC), 15 km do Aeroporto Internacional Dep. Luís Eduardo Magalhães e 25 km do Porto de Salvador. Em sua área, encontra-se em operação o Porto de Aratu (BAHIA, 2011, p. 1). O CIA, portanto, constitui-se de uma área consolidada com instalação de empresas de modo desordenado, em virtude da topografia acidentada. Atualmente, existem aproximadamente 147 empresas instaladas no CIA. O mapa, em anexo, descreve por exatidão a sua atual localização.

O processo de industrialização da economia baiana começou efetivamente por causa da política federal de integração da economia nacional via desconcentração industrial (DARZÉ FILHO, 2002, p. 8). O objetivo dessa política era promover o crescimento de outras áreas do país que fossem mais bem dotadas de recursos naturais, mão de obra barata, localização e outras vantagens competitivas, estimulando a atração de indústrias potenciais. Desse modo, foram feitos investimentos consideráveis, por parte do governo federal, na região Nordeste, especificamente no Estado da Bahia, através de incentivos financeiros e fiscais para a instalação de indústrias de base. Estes investimentos estavam vinculados ao processo de integração produtiva com o Centro-Sul do Brasil.

As características que foram dadas à criação do CIA foram: a facilidade de acesso à metrópole regional (Salvador), a redução dos custos de insumos para a indústria e a facilidade de transporte para os produtos finais produzidos nesta região. Com isso, o distrito representava uma potencialidade de condições que permitiam a confiança a um rápido funcionamento das indústrias (BAHIA, 1967, p. 31). Quando as condições favoreciam a industrialização numa área, o planejamento não era feito salvo por objetivos de defesa e ordenamento urbano, ou ainda por um alertado desejo de melhoria dos fatores locais. Dentre os fatores locais, podiam ser destacadas a presença de mercado consumidor, matéria-prima e capital humano. No entanto, apenas essa vantagem foi de fato verificada. Essas características e limitações foram desenhando o CIA.

O primeiro objetivo da criação do CIA era o de superar os inconvenientes, no tocante à industrialização, insuperáveis de Salvador, na época, para localização industrial indiscriminada. Além disso, o objetivo era dar acesso ao porto, aos gargalos de transportes irredutíveis para facilitar a sua posição geográfica, quando as vias terrestres se tornavam cada vez mais dominantes. Logo, a criação do CIA foi consequência e, ao mesmo tempo um momento de cristalização e símbolo da nova atitude com relação à necessidade de industrialização (BAHIA, 1967, p. 32). Essa atividade política do Estado facilitava a atração de empresas para se instalarem na Bahia, mediante os incentivos fiscais ofertados. Em suma, o Estado propusera um distrito industrial organizado com boas expectativas para os empresários.

Segundo Silva (2008, p. 4), a posição estratégica do município de Salvador, em relação às outras localidades da região Nordeste e à região centro-sul, favorecia o projeto de um Eixo Industrial. Além disso, a disponibilidade de terrenos com preços baixos, recursos naturais, como a água e a possibilidade de transporte marítimo e férreo, funcionando com fatores de atração. Desse modo, foi criado o CIA, autarquia encarregada de prover a infraestrutura básica de localização industrial. A escolha da área de implantação do centro industrial foi examinada a partir do apoio da infraestrutura urbana de Salvador e da utilização do Porto de Aratu. Sendo assim, a posição estratégica de implantação do CIA se fomentava.

De acordo com Guerra e Teixeira (2000, p. 4), o número de projetos atraídos para o CIA foi surpreendente. Em dezembro de 1969, foram aprovados 100 projetos pela SUDENE, dos quais 37 em funcionamento, 43 em análise e 33 com carta de opção para virem a instalar. A

predominância das empresas instaladas no CIA foi de capitais estrangeiros. Deste total, 76% eram oriundas dos EUA. No entanto, esses capitais estrangeiros eram volúveis, não davam a garantia de permanência para fortalecer o CIA. A finalidade dessas instalações se amparava na conveniência de vinculação com os mercados do Sudeste do Brasil, em particular (BAHIA, 1978, p. 12). Assim, estava desenhado o destino da produção do CIA, que seria a região Nordeste e Sudeste do Brasil.

As condições físicas para a localização de indústrias é um problema universal, tanto pelos impactos adversos quanto pelos custos globais de infraestrutura física e social exigidos para a implantação de unidades fabris. Os custos financeiros e sociais de uma implantação industrial errada são bem mais elevados do que uma localização ordenada ou dirigida (BAHIA, 1967, p. 2). Sendo assim, esta foi uma das justificativas para a implantação de um complexo industrial bem localizado. Em particular, este complexo dinamizaria a economia da Região Metropolitana de Salvador, no período de 1967 a 1973, principalmente após a implantação da Refinaria Landulfo Alves em 1950, o que reforça ainda mais a tese local. No entanto, as sustentações dessas vantagens locacionais evidenciaram a insatisfação da proposta elencada.

A tabela 1 reflete a base industrial do CIA, entre 1966 e 1976. Esta base representava o crescimento das unidades locais e de empregos. Apesar de uma ligeira queda em 1967, no primeiro ano da fundação, o CIA retoma o crescimento a partir de 1968 de forma graduada. Uma das causas deste crescimento foi a maturação dos investimentos realizados no CIA. A origem desses investimentos era oriundo de capitais estrangeiros estadunidenses e de algumas outras nacionalidades.

Tabela 1 – Bahia: número de estabelecimentos e de pessoal ocupado (1966-76).

VARIÁVEIS	ANOS						
	1966	1967	1968	1969	1973	1974	1976
Estabelecimentos	1.456	1.383	1.306	1.440	1.420	1.606	1.862
Pessoal ocupado	36.152	33.541	34.284	35.946	59.302	64.417	70.26

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual, 2011.

Na década de 70, no plano nacional, surgiu uma estratégia de implantação do segmento industrial de bens intermediários, no Estado da Bahia. Uma autarquia denominada COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari) foi a responsável por executar um minucioso Plano Diretor. Este plano reordenava e criava o complexo situado às margens da Região Metropolitana de Salvador (RMS), no município de Camaçari. A consequência direta foi o aumento da oferta de empregos indiretos, de novas ocupações e de uma nova dinâmica industrial no Estado da Bahia com reflexos sobre a classe operaria e urbana na RMS. Com isso, o COPEC pode ser considerado o principal responsável pela organização da ocupação espacial da RMS. Além disso, o COPEC também era o exemplo de uma indústria motriz moderna, em que a base produtiva tinha como principal matéria-prima o petróleo.

O COPEC foi o primeiro complexo petroquímico da América Latina, fundado em 1978, localizado nos municípios de Camaçari e Dias D'Ávila, integrantes da Região Metropolitana de Salvador. A localização do COPEC é privilegiada, distando 45 km do Porto de Salvador, 32 km do Aeroporto Internacional Dep. Luís Eduardo Magalhães e 25 km do Porto de Aratu, o COPEC. Atualmente, essas características fizeram com que esse complexo industrial passasse a abrigar novos empreendimentos, a exemplo da implantação do Complexo Ford, Continental Pneus, Bridgestone/Firestone, Columbian Chemicals do Brasil, Monsanto Nordeste, Peroxy Bahia, Bahia Pulp e da Oxiteno Nordeste (BAHIA, 2011, p. 1). Desse modo, de um novo complexo petroquímico, este passou a ser um complexo industrial diversificado.

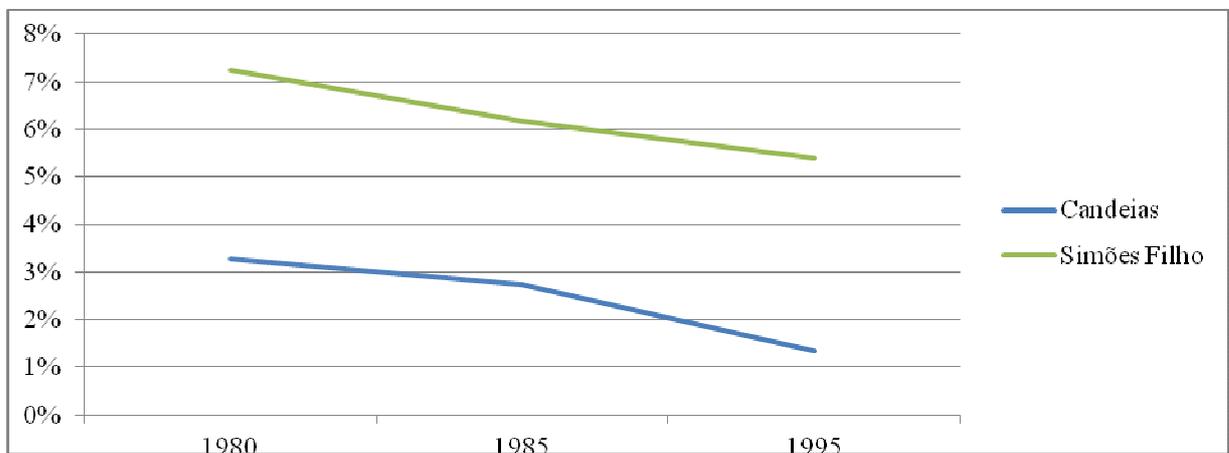
De acordo com Lima (1994, p. 3) havia certo pessimismo na parte da literatura, de que os impactos do Polo seriam muito localizados. Por outro lado, havia incertezas quanto ao funcionamento do complexo e que a política industrial do Estado da Bahia era menosprezada por parte do governo federal. A grande importância era dada à configuração do COPEC por contribuir decisivamente para o maior nível de emprego e renda estadual e regional. Além disso, deu sustentação a uma possível e esperada verticalização da matriz industrial da petroquímica regional, uma vez que o Polo é um condicional supridor de bens intermediários.

Adiantando a circunstância histórica do documento, do plano diretor de 1967, os fatores novos como infraestrutura e localização pareciam superar definitivamente o longo período de estagnação industrial. É iniludível a persistência de certas condições gerais menos favoráveis que a dos grandes centros industriais. É certo que também se observam aspectos positivos no

Estado da Bahia, no que toca à competição nas condições gerais, tais como mercado consumidor e mão de obra, pela atitude de renovação da comunidade, sob a liderança do Estado e pela política da União, quanto à região Nordeste (BAHIA, 1967, p. 14).

Os investimentos eram feitos como investimentos temporários para se adequar à nova realidade na economia baiana. Os empresários interpretaram como estratégia rentável para a instalação de fábricas. Quando os investimentos do CIA maturavam, estes capitais eram transferidos para o COPEC. O gráfico 1 apresenta o percentual de estabelecimentos, das áreas compreendidas pelo CIA, em relação ao total da RMS entre 1980 e 1995. A partir do plano diretor de 1980, é possível observar uma ligeira queda no percentual dos estabelecimentos no CIA. Nas décadas posteriores, também houve pouca expressão no percentual de estabelecimento, principalmente em função do surgimento de novas áreas dinâmicas no Estado da Bahia.

Gráfico 1 – Percentual de estabelecimentos das áreas compreendidas pelo CIA em relação à RMS (1980-95).



Fonte: Elaboração Própria a partir do IPEA, 1996.

Apesar da redução do quantitativo de estabelecimentos no CIA, houve uma melhora no distrito industrial na reestruturação produtiva da década de 90. Nesse período, três fenômenos puderam ser observados: a estabilização do Plano Real, a guerra fiscal e a modernização administrativa. Segundo Guerra e Teixeira (2000, p. 5) as expansões setoriais e as melhorias no ambiente macroeconômico nacional, como a ocorrida nos anos de 1994 e 1995, possibilitaram um crescimento de, respectivamente, 6,7% e 1,8% do PIB estadual, puxado

pela atividade comercial. Contudo, essa melhora não compensava o fraco desempenho do CIA no tocante ao quantitativo de estabelecimentos.

No que se refere à guerra fiscal, os incentivos fiscais e financeiros no quesito da infraestrutura proporcionavam vantagens competitivas às empresas. Os governos estaduais travaram uma disputa acirrada pela atração de novos investimentos privados para o CIA. Entretanto, essa política de incentivos trouxe resultados efetivos apenas no final da década de 90 devido, principalmente, à mudança da política econômica do país. Somente após o Plano Real com a interrupção do processo inflacionário e a consequente estabilização da economia, os investimentos externos diretos no país voltaram a crescer (DARZÉ FILHO, 2002, p. 2). Os antecedentes e os fatores externos deram ao CIA a atual configuração de um distrito industrial que comporta um quantitativo de 147 empresas, distribuídas em zoneamentos industriais.

Segundo Darzé Filho (2002, p. 3) o CIA teve um crescimento liderado pela indústria de bens de consumo final na Bahia. As vantagens competitivas oferecidas no Estado da Bahia, associadas a um mercado interno compatível com novas inversões, fizeram surgir muitos investimentos em vários segmentos da indústria de bens finais, com destaque as indústrias de calçados, têxtil, de confecções, do complexo alimentar, eletrônico e o metal mecânico. Cabe ressaltar ainda que 37% do valor dos investimentos industriais previstos para o período 2000-2003 eram de bens finais, que estes foram responsáveis pelo crescimento em 55% da participação destes produtos. Tudo isso era feito em relação a um levantamento feito dois anos antes onde os bens finais representavam apenas 24%.

Dessa forma, o CIA obteve um comportamento singular no que confere ao desenvolvimento industrial. Enquanto o COPEC crescia em extensão e em inversões maciças de investimentos, o CIA observava a retirada de empresas de sua área de influência. A consequência desse movimento de saída de empresas modificou a visão dos governantes da época, desde o seu período de surgimento em 1967 até os dias atuais, que estes governantes deram maior credibilidade ao projeto nacional que surgia na área vizinha do CIA, o COPEC. Sendo assim, a possibilidade de instalação de empresas no CIA era pouca, devido à visibilidade que o distrito obtivera desde a sua criação.

2.2 POLÍTICA INDUSTRIAL DO ESTADO DA BAHIA

A modernização das estruturas de financiamento disponíveis e a ordenação do modo de atuar das instituições públicas e privadas era umas das características da política industrial do estado, no período de implantação do CIA em 1967. O objetivo era estruturar o mercado de capitais e criar condições para um maior controle de oferta de moeda e crédito. Com a crise fiscal e financeira do Estado da Bahia, na década de 70, o esgotamento do modelo de intervenção nacional e as mudanças do paradigma técnico-econômico dominante explicavam as alterações no planejamento e nas ações governamentais (UDERMAN, 2008, p. 3). O impacto dessas ações foi a revisão dos distritos industriais em crescimento através de planos diretores, que eram as ferramentas de fomento da política industrial no Estado da Bahia.

Silva (2008, p. 2) aponta que, nos anos de 1950, o governador do Estado da Bahia era Antônio Balbino, de 1955 a 1959. Nesse período se deu a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) sob a coordenação do economista Rômulo Almeida. Também fazia parte desse grupo alguns jovens economistas e estudiosos dos problemas baianos para elaboração de projetos. Em seguida no governo de Juracy Magalhães (1959-1963), foi definido o PLANDEB – Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia. Este plano foi coordenado pelo governo Juracy e que tinha a proposta de implementação no período de 1960 a 1963. No entanto, esta implementação não ocorreu devido às dificuldades econômicas da Bahia e aos problemas econômicos no País¹.

Ainda segundo Silva (2008, p. 3), dentre os programas de governo a máxima prioridade era dada para a indústria petroquímica e fixação local do maior número de empreendimentos orientados às oportunidades a montante e a jusante do polo. As oportunidades a montante estavam ligadas à constituição de um segmento metal mecânico voltado para a produção de equipamentos, peças e máquinas para a indústria química e o desenvolvimento de serviços de alta qualificação. As oportunidades a jusante deveriam dar margem à implantação de indústrias de transformação dos produtos petroquímicos, principalmente fertilizantes, resinas e fibras sintéticas.

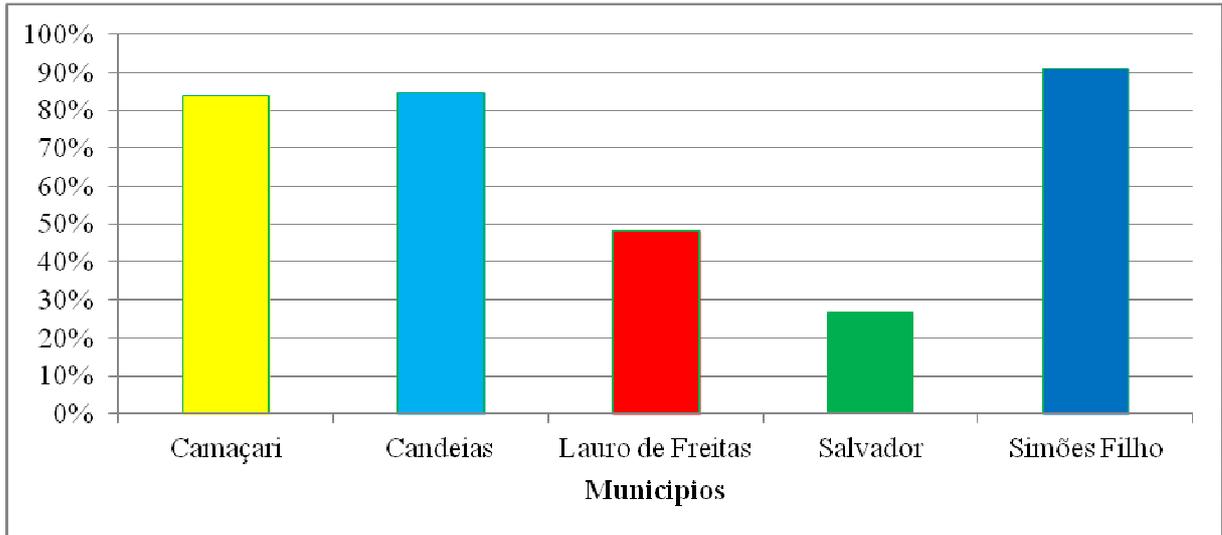
¹ Seria um plano de investimentos públicos ou investimentos patrocinados pelo poder público que compreenderia programas de transportes e de comunicação. No final dos anos de 1960, no Governo de Luís Viana Filho (1967-1971), caracterizado pela contribuição na área econômica com a conclusão do projeto iniciado no Governo de Antônio Lomanto Junior e inauguração do CIA e o projeto da localização do COPEC (SILVA, 2008, p. 16).

No governo de Antônio Balbino (SILVA, 2008, p. 17), foi instituído o CONDEB – Conselho de Desenvolvimento da Bahia. As metas do CONDEB eram:

- i. Estabelecer um programa de estudos e pesquisas para a elaboração do programa ou plano de ação do Governo Estadual, bem como medidas coordenadas a propor a outras esferas e entidades governamentais e ao setor privado;
- ii. Adotar o programa ou plano a que se refere o item anterior para efeito das medidas executivas, legislativas ou de coordenação que se fizessem mister;
- iii. Coordenar, permanentemente, a ação das diversas secretarias e entidades, sob controle de seus membros;
- iv. Rever, regularmente, os resultados das medidas tomadas e efetuar as correções indicadas pela experiência ou pela superveniência de novos fatores.

Tal contexto norteava a problemática da política industrial estatal, que visava o desenvolvimento do modelo de substituição de importações. Porém, uma reconhecida estagnação econômica na área industrial buscava fazer medidas de austeridade econômica para as melhorias. Estas melhorias visavam a possibilidade de implantação de um distrito industrial para solução de uma estagnação econômica. Consequentemente, também se buscava o crescimento no setor secundário, em particular fortalecer a Região Metropolitana de Salvador. Sendo assim, o contexto norteava na problemática da política industrial, reconhecendo as possíveis limitações.

Gráfico 2 – Percentual de participação das indústrias do CIA e COPEC no PIB nos municípios – 1975.



Fonte: Elaboração própria a partir do IPEA, 1996.

O gráfico acima mostra os percentuais de participação da indústria no PIB dos municípios compreendidos pelo CIA em 1975. A produção industrial respondia por 80% do PIB nos municípios de Camaçari e Candeias. Em Simões Filho configurava, mais ainda, seu perfil de produção voltado para a indústria. Com 95% de participação da produção industrial, traduzia o milagre da maturação dos investimentos, muitos destes caracterizados como investimentos em fase de teste. Desse modo, pelo menos em nível de municípios no entorno do CIA e de Salvador, a industrialização se tornava realidade.

Todo esse contexto de criação de um distrito industrial, descrito na seção anterior, teve influência na política industrial do Estado da Bahia no período. A descoberta do petróleo na região suburbana de Salvador na década de 40 pela Petrobrás e sua consequente criação da refinaria Landulpho Alves em 1949, foi a gênese da industrialização. A característica do desenvolvimentismo na época era: a industrialização como superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Além disso, a eficiência intervencionista estatal, alinhada ao planejamento de metas de expansão econômica era defendida pelos governos. Para isso, Estado agia como captador e orientador de recursos financeiros (UDERMAN, 2008, p. 4). Mas, em particular, poucos elementos foram incorporados ao distrito por se tratar de uma autarquia com recursos privados no contexto de criação do CIA.

O modelo desenvolvimentista sofreria certo desgaste com os problemas externos da economia mundial e, em particular, a brasileira. O CIA estava perpassando por problemas que viriam a ser deixado um pouco de lado nos investimentos. Dentre esses problemas, destacam-se os

problemas administrativos, os altos custos de operação, as próprias empresas sofrendo sérios problemas estruturais principalmente os financeiros. Estes respondiam por 76% dos investimentos justamente o que eram oriundos do capital norte-americano, reiterados anteriormente. Desse modo, o modelo desenvolvimentista não suportaria tamanha tendência.

Para Silva (2008, p. 18), a institucionalização do planejamento no Estado da Bahia foi uma decisão política, uma tarefa de Governo. Contudo, como não havia consenso nas decisões políticas. Esse consenso dependia de razões doutrinárias, dos que viam no planejamento uma forma indesejável de intervenção do Estado no domínio econômico. Além disso também se descobria o posicionamento partidário dos opositores. Estes problemas deixavam a questão do CIA à margem de solução de seus grandes problemas, dependente apenas de incentivos fiscais concedidos pelo Estado.

Darzé Filho (2002, p. 6), por exemplo, atestava que a dinâmica exógena inviabilizava a construção de uma dinâmica endógena. No processo de industrialização, faltou uma verticalização maior de todo o processo da cadeia produtiva desde a matéria-prima até o produto final. Essa verticalização promoveria o adensamento, ou concentração, de vários setores numa mesma região. Isso poderia ter promovido uma articulação das cadeias produtivas. Um dos fatores levantados era que para que uma economia industrial se desenvolvesse. Desse modo, aumentaria o nível de articulação interindustrial. O exemplo da dinâmica exógena (firmas industriais em função de um produto) caracteriza a razão de inviabilizar a dinâmica endógena.

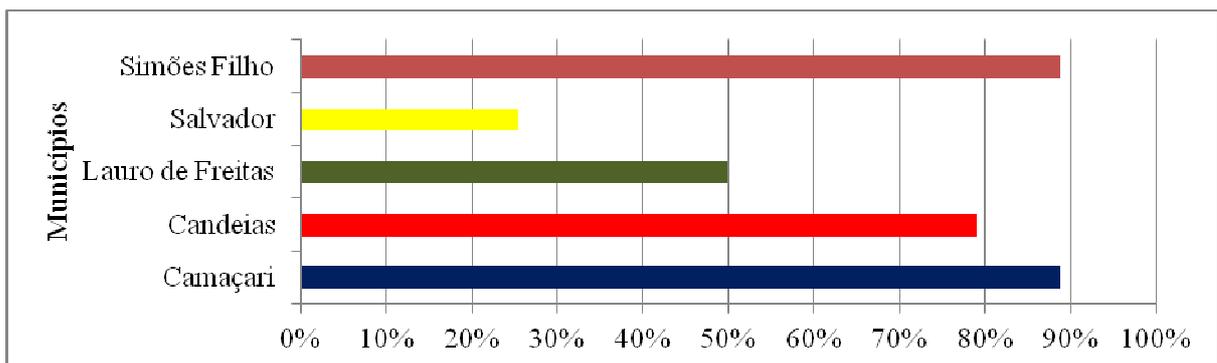
Um grande número de motivos fazia com que a economia industrial baiana sofresse um redirecionamento e especialização do segmento industrial. O principal redirecionamento foi a descoberta do petróleo na Bahia na década de 40 e a conseqüente existência de sua refinaria. O Estado era o maior produtor de petróleo do país. Além disso, o Estado detinha uma base técnica e condições para implantar um segundo polo industrial no Estado da Bahia (GUERRA; TEIXEIRA, 2000, p. 5). Aliado também à proposta do Governo Federal de reduzir os desequilíbrios regionais, a ideia de uma nova dinâmica no Estado, a partir do fortalecimento da indústria ganhava força. O CIA, no entanto, deixaria de ser um atrativo de investimentos no estado na década de 70, devido a esse novo redirecionamento.

Essa hipótese de enfraquecimento do CIA não foi suficiente para remodelagem da política industrial. Com o choque do petróleo no final de 70, o governo impôs a adoção de medidas restritivas que encerrariam as pretensões desenvolvimentistas. Associadas ao problema da dívida externa, o crescente déficit público, a inflação alta e os desequilíbrios da balança comercial, o Estado se desgastava do ponto de vista de intervenção pública. A partir de então, iniciava uma etapa marcada pela concepção de um novo modelo de ação pública. Este referencial justificava a nova situação econômica que aprofundava as mudanças detectadas nos conceitos, objetivos e procedimentos operacionais do Estado. Era chamada a onda neoliberal (UDERMAN, 2008, p. 8), que surgia como solução de superar o enfraquecimento do CIA.

Silva (2008, p. 21), afirmava:

Os efeitos multiplicadores dos investimentos industriais no CIA e no COPEC, segundo os autores, foram mais que significativos, porém, para explicar o ritmo da urbanização e o avanço da terceirização, na RMS, deve-se levar em conta, além dos novos investimentos industriais, as transferências federais e os investimentos estatais e privados em outros segmentos da economia baiana, assim como as dinâmicas próprias de várias atividades dos novos serviços.

Gráfico 3 – Percentual de participação da indústria na região compreendida no CIA em 1980.



Fonte: Elaboração própria a partir do IPEA, 1996.

No início da década de 80, a produção industrial respondia por 89% do PIB nos municípios de Camaçari, enquanto Candeias obteve um decréscimo para 79%. Simões Filho acompanhou essa lenta redução, auferindo 89% da produção industrial em relação ao PIB do município. Salvador e Lauro de Freitas pouco representavam em participação industrial em relação aos seus respectivos PIBs. Essa queda motivou a reconfiguração no plano diretor de 1980. A parte

dos investimentos maturados era transferida para o COPEC, o que seria refletido no crescimento no PIB industrial de Camaçari.

A autarquia de Aratu resolveu elaborar um projeto remodelando a geografia e a concepção de política industrial local no início da década de 80. O primeiro plano diretor de 1967 foi revisado. Esse novo plano descrevia a fundação do CIA e os seus 12 anos de existência. No governo do então governador Antônio Carlos Magalhães, o CIA projeta o chamado Plano Diretor de 1980. O documento propõe a remodelagem da geografia do distrito e uma política de atração de empresas centrada nos incentivos fiscais. Os impactos gerados frente ao início da década perdida serão provenientes da modelagem do distrito.

O CIA, o COPEC e o RLAM participavam, respectivamente, 13%, 31% e 18,1% do Valor Bruto da Produção do Estado da Bahia. Esses indicadores demonstravam a importância assumida pelo padrão de desenvolvimento polarizado, segundo Uderman (2008, p. 7). Os descaminhos do planejamento estadual na década de 80 ainda se pautavam no segundo choque do petróleo, na crise da dívida externa, na hiperinflação e nas dificuldades fiscais e financeiras, oriundo estas últimas das ideias liberais. O CIA, em relação aos distritos petroquímicos, estava em posição inferior pelo fato de, dentre vários motivos, ser pouco especializado no segmento de indústria petroquímica.

Diante das dificuldades macroeconômicas e da necessidade de rever os padrões usuais de intervenção pública e com as instâncias de planejamento estavam enfraquecidas o governo insistia em repetir propostas que se lastreavam em condições diversas das que marcavam o cenário da década de 80. Os planejadores se arriscavam a delinear caminhos que ilusoriamente pressupunham uma conjuntura propícia à realização de novos investimentos privados. A função planejamento então perdeu importância ao passo que as atividades orçamentárias e administrativas galgavam posição na estrutura funcional do Estado (UDERMAN, 2008, p. 8).

A abertura de mercado iniciada na década de 90 expôs as deficiências competitivas da indústria local. Essas deficiências eram reveladas pela redução da produção e do emprego em certos setores, fechamento de fabricas do complexo metal mecânico, e redução dos mercados de exportação em geral. Destaca-se, inclusive com a lógica estratégica de atração de montadoras de automóvel (FORD, por exemplo), que dificultava as demais empresas de

ramos diferentes se desenvolverem, devido à forte competitividade destes empreendimentos e a redução dos incentivos fiscais. A situação do CIA se agrava ainda mais, com uma estrutura de funcionamento do distrito industrial debilitado. Este que já mostrava sinais de estagnação, inclusive no período do último plano diretor em 1980, deixaria de receber atenção por parte da política industrial do Estado da Bahia.

Este modelo de desenvolvimento nacional não foi suficiente para mudar a nova cara do distrito industrial. Sobrinho (2006, p. 2) alegava que o COPEC mantinha uma estrutura de ponta e era responsável por 49,8% do ICMS do Estado da Bahia. De acordo com Uderman (2005, p. 9), o caminho apropriado do governo baiano para tornar as estratégias mais efetivas e sustentáveis no médio e longo prazo era aumentar a habilidade do “aprender a aprender”. O comportamento e os interesses políticos dos agentes são fatores determinantes no processo de aprendizado. Ignorá-los, ou os tentar suprimir, seria um processo desastroso. A partir dessas considerações, pergunta-se: o que precisaria ser feito na época, para que o CIA não tomasse a configuração atual em que se encontra?

Diante do presente problema de pesquisa, esta monografia tem o objetivo de esclarecer a razão da degradação do CIA, visando obter elementos que possam ampliar o seu papel na indústria do Estado da Bahia. Desse modo, o próximo capítulo apresenta um modelo teórico de sustentação para a compreensão das vantagens e desvantagens do CIA, enquanto um polo industrial e de desenvolvimento no Estado da Bahia.

3 REFERENCIAL TEÓRICO: TEORIA DOS PÓLOS DE CRESCIMENTO E SUA APLICAÇÃO

Este capítulo apresenta o referencial teórico utilizado para tratar o problema de pesquisa. O arranjo produtivo local é considerado para verificar a respectiva influência no desenvolvimento das indústrias de Aratu. A teoria a ser utilizada é a teoria dos polos de crescimento. Conforme Lima & Simões (2009, p. 2), os autores que versaram a temática foram Perroux e Boudeville. O fundamento da teoria é descrever a fundação e o funcionamento de um polo de crescimento industrial, focalizado no aspecto de uma indústria mãe, na qual se baseia na criação e desenvolvimento de um produto. A aglomeração em torno desta estaria em função do produto produzido em questão. Desse modo, após algumas considerações iniciais, o restante do capítulo apresenta as premissas básicas da teoria dos polos de crescimento.

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para fazer ilações a respeito da fundamentação teórica, referente ao papel de um polo industrial e suas potencialidades e debilidades, a teoria dos polos de crescimento é a indicada. Esta apresenta a noção e as características fundamentais de um distrito industrial. Além disso, descreve a aparelhagem e o funcionamento necessários para fazer juízo a um polo de crescimento. Nesse sentido, a fundamentação teórica desenvolvimentista da época do ápice industrial do Brasil está bem suprido teoricamente. A teoria surgiu nos tempos áureos da forte industrialização no pós-guerra, o que assegura uma melhor adaptação deste ao objeto de pesquisa, porque a teoria foi muito colocada em prática na fundação dos distritos industriais no Brasil. A ideia de polos industriais planejados a nível federal e estadual passou a ser muito debatida no pós-guerra e ganhou interesse de economistas da época.

Considerando que houve no Brasil o fortalecimento do modelo vigente de substituição de importação, a teoria pode explicar como um distrito industrial deve comportar-se e também funcionar nessa economia. Assim, os autores do desenvolvimento, mais ligados ao segmento de industrialização, versaram diversas teorias. Em particular, as teorias de localização da indústria. Desse modo, este trabalho adota a teoria dos polos de crescimento, consoante ao

modelo desenvolvimentista da época. Este modelo prezava a forte integração com capital privado, estatal e capital estrangeiro.

Perroux (2009, p. 3) e Boudeville (2009, p. 3) fazem considerações sobre como um polo de crescimento deve ser construído, gerido, e mantido. Estes autores, teóricos do desenvolvimento, versaram sobre como reestruturar a máquina capitalista de produção. O objetivo era a superação das devastações causadas na Europa, no pós-guerra, em particular a França. Pelo fato de uma cidade ser arrasada pela guerra e existir uma forma de reconstrução desta, eles sugeriam como uma indústria deve se fortalecer dentro desse contexto de reconstrução e desenvolvimento.

Para uma indústria ou um distrito se desenvolver, é necessário de forte integração entre capital, mercado e matéria-prima. A convergência desses três dá-se por uma localização em que facilite essas integrações. Essa localização precisa ser bem estudada, analisada e, principalmente, gerar um ordenamento industrial organizado. Os locais planos são os mais recomendados pelos autores, pois estes facilitam a circulação do transporte de mercadorias e de matérias-primas. Em suma, a infraestrutura do local seria fundamental para o desenvolvimento do distrito. Esse breve resumo da teoria já adianta que o desenvolvimento de um polo industrial e o respectivo papel no desenvolvimento econômico local depende da combinação de vantagens locacionais, combinadas com estímulo e estrutura de capital liderado pelo governo ou agentes privados.

3.2 TEORIA DOS POLOS DE CRESCIMENTO

As primeiras observações realizadas para explicar o comportamento do desenvolvimento industrial foram feitas pelo autor francês Francois Perroux, em 1955. Perroux foi um dos primeiros teóricos a contestar, em uma série de trabalhos desenvolvidos no decorrer da década de 50, a noção vulgar e inexata de espaço utilizada nas análises econômicas realizadas até então que resultavam na coincidência entre espaços econômicos e humanos e, conseqüentemente, em recomendações imprecisas de políticas econômicas. Estas análises resultavam na coincidência entre espaços econômicos e humanos e, conseqüentemente, em recomendações imprecisas de políticas econômicas. A noção de espaço introduzida por este teórico descarta o conceito de espaço euclidiano e utiliza o conceito matemático de espaço

abstrato, mais adequado para analisar as inter-relações econômicas. Desta forma, existiriam tantos espaços econômicos quantos fossem os fenômenos econômicos estudados (LIMA & SIMOES, 2009, p. 2).

Perroux estudou a concentração industrial na França, em torno de Paris e na Alemanha, no Vale do Ruhr (SOUZA, 2005, p. 86). Perroux elucidou a teoria dos polos de crescimento, sob o fundamento de forte integração entre Estado, indústria, mercado e matéria-prima. Dessa forma, desenvolvia-se a noção de indústria motriz. De acordo com Souza (2005, p. 89) os caracteres dessas indústrias, referido por Perroux, manifestaram da seguinte forma: (i) Crescimento à taxa superior da média nacional; (ii) Possuir inúmeras ligações locais de insumo-produto; (iii) Apresentar atividade inovadora, com grandes dimensões e oligopólio; (iv) Possuir poder de mercado, influenciar no preço do produto nas cidades compreendidas pela indústria, na taxa de crescimento das cidades envolvidas e; (v) Atender às demandas interna e externa. Estas são as características que Perroux levou em consideração para descrever um distrito industrial.

Perroux define indústria motriz uma indústria capaz de organizar todas as aglomerações em torno desta. O teor da sua atividade influencia que outras demais indústrias se aglomerem de forma organizada, trabalhando em função do que a indústria mãe definir. Ela pode ser detentora de matéria-prima e infraestrutura para que as demais firmas integrem-se à ela e desenvolvam o produto que a indústria possui. A indústria descrita por Perroux também pode ser denominada como a indústria de ligações interdependentes de insumo-produto, capaz de estabelecer uma comunicação entre as próprias indústrias concentradas em torno dela e os mercados.

Para possuir inúmeras ligações de insumo-produto a indústria mãe necessita traçar uma estratégia de onde fazer as ligações de obtenção da matéria-prima. Para isso, as vias de acesso a essa indústria precisam ser garantidas com boa infraestrutura, variadas opções de obtenção da matéria-prima e comunicação constante com o mercado consumidor. Desse modo, o polo de crescimento, por definição, necessitaria de apresentar essa possibilidade de acesso ao insumo, para facilitar a integração insumo-produto. Sendo assim, os custos de fabricação desta indústria seriam reduzidos devido as diversas opções de obtenção desta matéria-prima.

A atividade inovadora também precisaria estar presente em uma concentração industrial. Caso as empresas sejam grandes e oligopolizadas, a tecnologia empregada faz o diferencial para as empresas e para o polo industrial. Esse diferencial gera economias de escala e economias de aglomeração. Quando essas economias de aglomeração ocorrem e um quantitativo de firmas agrega-se a indústria mãe, é necessário o obedecer o regime de oligopólio. Esse oligopólio pode ser traduzido na existência da firma líder e das firmas seguidoras. A indústria mãe assume o papel de finalidade enquanto as demais firmas assumem o papel de seguidoras, sem regime concorrencial. Desse modo, a cadeia produtiva organizada dessa maneira facilitaria o desenvolvimento da atividade inovadora da indústria mãe.

Quando um polo de crescimento possui poder de mercado, influenciar no preço do produto e à taxa de crescimento das cidades envolvidas significa dizer que este tem um papel preponderante na política industrial de uma região. A proposição de Perroux deixa evidente que a indústria mãe gera economias de aglomeração, apresenta um regime não concorrencial no interior do polo e, por sua vez, influencia no preço das mercadorias que são produzidas naquele polo industrial. Sendo assim, o poder de mercado é caracterizado pelos ditames descritos no perfil de um distrito industrial, como a teoria propõe.

O atendimento à demanda interna e externa é um papel fundamental no desenvolvimento de um polo industrial. Essa característica descreve que pode haver uma expansão de mercados fornecedores de matérias-primas e produtos finais, gerando economias de escala no interior do polo e prescrevendo impactos substanciais na região que a indústria se instala. A receita adquirida pelo polo fundamenta-se, em boa parte, no reinvestimento do distrito causando uma expansão em larga escala, aumentando a economia de aglomeração e absorvendo novas firmas que produzem produtos semelhantes ou complementares. Desse modo, a demanda externa e interna não apresenta parcialidade no atendimento, segundo a teoria.

Perroux analisa, no plano micro, o polo de crescimento. Como se trata de um espaço econômico abstrato, de acordo com Lima & Simões (2009, p. 90), a empresa pode ocupar o espaço das seguintes formas: (i) Ocupar um espaço planejado, com fornecedores de matérias-primas, mão de obra e capital, podendo estes ser mutáveis no tempo; (ii) Ocupar espaço definido por um campo de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas e; (iii) Ocupar um espaço definido como um conjunto homogêneo, no tocante às unidades e sua estrutura ou às relações entre estas unidades. Essa ocupação, sugerida por Perroux,

necessita uma integração dessas três características: espaço plano, com vias de comunicação e circulação e homogêneo.

Para melhor compreender o processo de crescimento econômico, Lima & Simões (2009, p.8) introduz três elementos na análise de formação e funcionamento do polo industrial de Perroux. Segundo o autor, a indústria-chave tem a propriedade de, mediante o aumento do seu volume de produção e de compra de serviços produtivos, aumentar o volume de produção e compra de serviços de outra(s) indústria(s). A primeira indústria é chamada motriz e a segunda é chamada indústria movida. Este é um conceito relativo, mas em geral são indústrias que constituem pontos privilegiados de aplicação das forças ou dinamismos de crescimento. Além disso, o regime não concorrencial do complexo industrial é instável por ser uma combinação de forças oligopolistas, responsáveis por elevar a produtividade da indústria e pela realização de acumulação de capital superior àquela que resultaria de uma indústria sujeita a um regime maior de concorrência.

Além disso, trata-se de uma concentração territorial num polo industrial complexo geograficamente concentrado e em crescimento. Geralmente, registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas devido à proximidade e a concentração urbana: diversificação do consumo, necessidades coletivas de moradia, transportes e serviços públicos, rendas de localização, etc.. Nesse sentido, o polo transforma seu meio geográfico imediato.

Portanto, pode-se concluir, em nível de polo industrial, que deve haver uma integração entre indústrias motrizes, atividades geograficamente concentradas e, principalmente, mercado. Os impactos dessa abordagem são: conflito entre espaços econômicos de grandes unidades e os espaços politicamente organizados pelo Estado, que geram políticas nacionais ultrapassadas capazes de prejudicar o desenvolvimento. O que elucida, dessa forma, as consequências de um polo de crescimento. A atuação do Estado é necessária e suficiente para fortalecer do distrito em que o desenvolvimento necessita de reciprocidade, tanto no campo da empresa quanto no mercado. Estes são os princípios para o nascimento de uma indústria mãe, que pode gerar economias de escala e escopo. No tocante à taxa de crescimento superior, dependerá da maturação dos investimentos realizados e sua conseguinte manutenção.

Seguindo os passos de Perroux, Jacques-R Boudeville, conforme Lima & Simões (2009, p.10), trabalhou as noções de espaço, com o intuito de conceder-lhes um caráter mais operacional e uma ênfase territorial. O espaço seria uma realidade concreta, ao mesmo tempo, material e humana. Seria o espaço das relações existentes, das atividades econômicas, dos lugares geográficos e uma maneira de analisar todas as localizações possíveis das atividades. Este espaço apresenta características dinâmicas e, por isso, é mutável. Ele se reservou mais a descrever o operacional do setor industrial, com ênfase territorial. O autor considera o espaço com uma realidade concreta, material e humana. Abrangendo essas características, Boudeville complementou a teoria dos polos de crescimento.

Boudeville distingue as três noções de espaço: i) do ponto de vista econômico o espaço pode ser caracterizar de acordo com a sua uniformidade, ou seja, o espaço é homogêneo; ii) do ponto de vista das interdependências e hierarquias de suas partes o espaço é polarizado e; iii) do ponto de vista do centro de decisão e do objetivo estabelecido o espaço é um programa/plano (LIMA & SIMÕES, 2009, p. 10).

Boudeville, em sua teoria, caracteriza a noção de espaço ideal para instalação de um distrito industrial. Ele abrange três pontos de vista contextuais de espaço: econômico, hierárquico e central. Embora os conceitos de espaço sejam complementares, as interpretações de espaço têm as peculiaridades que caracterizam os fundamentos de um polo de crescimento. Essa distinção é fundamental para se entender como um distrito industrial deve se organizar. A forma de organização num espaço coaduna com o contexto de polo de crescimento de Perroux. Portanto, a caracterização de espaço reforça o bom planejamento de um distrito industrial.

Do ponto de vista econômico, o espaço é visto como um elemento homogêneo. Essa homogeneidade é de fundamental importância para programar as vias de circulação insumo-produto e gerar economias de escala. Além disso, o espaço não pode sofrer alterações na sua estrutura. Um polo de crescimento bem organizado necessita de um espaço planejado para instalação de indústrias com a produção em comum e garantem a homogeneidade do conceito de espaço. Essa planificação gera custos menores de instalação na planta industrial e possibilitaria a obtenção de economias de escala, no tocante ao crescimento em extensão.

No contexto de interdependência e de hierarquias, o espaço de Boudeville é visto como um elemento polarizador. Essa polarização não é entendida como separação, mas sim a forma

como as firmas devem se organizar. As firmas industriais, segundo Boudeville, se organizam no espaço conforme as hierarquias caracterizadas pelas firmas. Tomando como exemplo, uma indústria de pequeno porte, esta não necessariamente deve se instalar próximo a uma de porte maior, desde que esta última seja elemento de integração com a firma pequena. O conjunto dessa organização de espaço denomina-se zoneamento. Desse zoneamento depreende as hierarquias e, principalmente, as interdependências entre um conjunto de variados zoneamentos industriais, caracterizando assim a polarização.

Do ponto de vista da tomada de decisões, o espaço é visto como um programa ou um plano. Caso o espaço seja planejado, as estruturas industriais se organizam em forma de zonas hierárquicas e a tomada de decisões é caracterizada como um plano. Esse plano é um produto de planejamentos e estudos centralizados no espaço. O espaço, assim entendido, é conhecido como um produto, fortificando o pilar de uma instalação de um polo de crescimento. Logo, o centro de decisões (segundo Boudeville) é um importante elemento de caracterização do espaço.

Em Lima & Simões (op. cit., p. 8) as noções de espaço e de região são distintas, complementares e passíveis de observação estatística, o que é essencial para a concepção de uma política regional. Entretanto, apesar destes conceitos serem mais concretos do que aqueles definidos por Perroux, o estabelecimento de suas fronteiras continua complexo. Isto ocorre porque nem sempre as mesmas coincidem com suas unidades administrativas. As próprias regiões de um programa não necessariamente coincidem com as regiões polarizadas ou homogêneas. Desse modo, a distinção levantada por Boudeville tem como ponto central a comunicação destes espaços para se fazer planejamentos mais organizados por parte da integração entre Estado e capital privado.

Boudeville destaca também a importância dos instrumentos de política regional como meio de orientação dos polos de desenvolvimento urbano. A integração do território nacional é um objetivo indiscutível de política e reflete a compatibilidade de planos dos diferentes centros de decisão do espaço econômico considerado. Coesão, complementaridade e cooperação são fundamentais para que o crescimento harmonizado. Isso evidencia a necessidade de políticas de colaboração entre as regiões. Desse modo, não deve ser considerada as entidades de forma independente no território nacional ou na região, mas partes com a de um todo, ligadas às unidades regionais e subordinadas a concepção nacional do bem comum (op. cit., p. 9).

O autor somente contraria Perroux no ensejo de conceituar região. Ele define região como uma superfície contígua, facilitadora da ação coletiva e estabelece um plano de ação para atividades afins. A região obedece ao status de homogeneidade quando assume um espaço contínuo onde cada uma das partes apresenta caracteres similares. Logo, Boudeville considera a região como um espaço contínuo, onde se centralizam a tomada de decisões. Em outras palavras, a superfície precisa desenvolver-se em torno de algum produto em comum sobre o espaço.

Desse debate, surgem duas noções de região. A metodologia utilizada por Perroux e Boudeville se baseou no levantamento de indicadores que explicam essa complementaridade. A hierarquização da concepção de Perroux, sob os três pontos de vista, é o que define a noção de espaço de Boudeville. A centralização de decisões sobre o funcionamento de uma indústria ou um conjunto destas é realizada dentro os aspectos locais. Se essa complementaridade existe, então a homogeneidade da região faz jus ao levantamento do autor, pois este dá o caractere do polo de crescimento.

Mas, para que essa complementaridade dê sustância à região de desenvolvimento, o autor levanta aspectos de política regional. O autor realça a favorecimento do Estado. Coesão, complementaridade e cooperação são fundamentais para o crescimento harmonizado, reduzindo as disparidades através de políticas públicas (LIMA & SIMÕES, 2009, p. 11).

Boudeville também sugere medidas de intervenção por parte da aparelhagem estatal: transportes, energia, irrigação, educação, saúde, serviços públicos, incentivos fiscais, infraestrutura. Porém isso é dependente da estrutura de mercado, da matriz técnica e das políticas harmônicas (op. cit.). Ou seja, o Estado precisa ser gerador e mantenedor de infraestrutura básica, para que o distrito industrial funcione harmonicamente para alcançar o crescimento desejado e o desenvolvimento local. Nesse sentido, o autor apoia a intervenção estatal.

3.3 APLICAÇÃO DA TEORIA DOS POLOS DE CRESCIMENTO

A teoria dos polos de crescimento foi de fundamental importância para desenvolvimento de regiões agroindustriais nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Segundo Amorim & Cima (2007,

p. 81), considera-se uma grande região na qual está inserido um complexo regional de grande porte, cujas funções estão ali inseridas. Estes autores exemplificaram a integração de um complexo avícola na região Sul do Brasil em que, neste complexo, as diversas funções estão relacionadas ao abate, industrialização e comercialização de frango de corte. Neste complexo estudado por Amorim & Cima diversas empresas estão inseridas e integradas em função do produto principal, que é o frango de corte. Desse modo, o polo de crescimento de Perroux e Boudeville foi adequado para estudo do distrito agroindustrial.

Além disso, Amorim & Cima (2007, p. 81) salientavam que o tamanho relativo do complexo diferenciou-se dos demais concorrentes que existiam na região. Grande parte do desenvolvimento do complexo favoreceu o crescimento da população naquele local, evidenciando um centro de atração. Esta economia de aglomeração depreende os elementos da teoria dos polos de crescimento, pois, em favor de um desenvolvimento local, favoreceu o estabelecimento dessa indústria mãe nestes espaços, sugeridos por Boudeville, impactando na obtenção de economias de escala e escopo.

Amorim & Cima (op. cit., p. 82) deixou claro que a competitividade das empresas agroindustriais também é fortemente condicionada por fatores externos às empresas. Afinal, as transações não se dão apenas entre as firmas, mas se apoiam em elementos externos a ela, como as condições relacionadas com a infraestrutura física (estradas, ferrovias, portos) e as de caráter econômico (política creditícia, tributária, salarial e cambial). As condições técnico-científicas não podem ser esquecidas, uma vez que a qualificação dos recursos humanos, a existência de centros de pesquisa e a normatização e certificação da qualidade são também fundamentais. Desse modo, estes autores utilizaram em seu trabalho como um polo de desenvolvimento estava mostrando-se eficiente, no tocante aos elementos sugeridos na teoria de Perroux e Boudeville.

Outro autor que tratou da discussão da teoria foi Ferreira (2012, p. 13). Ele definiu a questão a teoria dos polos de crescimento de Perroux e Boudeville na gestão empresarial do complexo do Vale do Paraíba no Rio de Janeiro. Ele salientou que a indústria motriz é um ponto central na teoria dos polos de crescimento e sua principal função é gerar ou produzir economias externas, tecnológicas ou pecuniárias. Desse modo, a indústria motriz pode empregar menos mão de obra do que os setores tradicionais, mas ela tem o poder de disseminar o progresso técnico no espaço, gerar novas tecnologias, empregar mão de obra especializada e melhor

remunerada, além de gerar produtos com maior valor agregado. Ela apresenta, por definição, um poder industrializante capaz de modificar as estruturas econômicas e sociais, contribuindo com o desenvolvimento econômico.

Além disso, Ferreira (2012, p. 14) caracteriza como essa indústria motriz: (i) Polarização técnica, quando ocorre pela difusão setorial dos efeitos de encadeamento vertical e horizontal, ou encadeamentos de compras e vendas, induzindo o crescimento das demais indústrias a elas ligadas tecnologicamente; (ii) Polarização de renda, expresso pela expansão do setor terciário, como consequência da renda gerada pela geração de emprego na economia local pela indústria motriz e; (iii) Polarização psicológica ou geográfica, quando concentram novas atividades, normalmente secundárias, numa dada área. Ferreira utiliza esses elementos da teoria da indústria mãe de Perroux para explicar o desenvolvimento do complexo industrial do Vale do Paraíba.

Ferreira (op. cit., p. 15) frisava dois fatores. O primeiro fator é que a teoria afeta positivamente o desenvolvimento industrial, tomando como exemplo o uso de materiais mais leves, como plástico e alumínio, em substituição ao aço, reduzindo o peso das cargas transportadas. Da mesma forma, o desenvolvimento dos transportes de cargas reduziu sensivelmente o custo dos transportes no custo total de produção, gerando uma tendência à dispersão. Além disso, o desenvolvimento dos meios de comunicação (telefone celular, internet, correio eletrônico) facilitou ainda mais a dispersão da indústria para áreas distantes. O segundo fator que impactou no grau de explicação da teoria dos polos foi a mudança no estilo de política de desenvolvimento regional, com maior valorização do enfoque *bottom-up*, gerando maior foco nas instituições locais. Logo, o desenvolvimento da comunicação e a mudança de foco da política nas instituições locais explica a teoria de Perroux e Boudeville.

O estudo empírico deste trabalho utiliza a teoria de Perroux e Boudeville para explicar porque o CIA não seguiu as tradições industriais de um polo de desenvolvimento desde o seu surgimento. A teoria dos polos de crescimento era bem mais vista pelos economistas da década de 60 e 70, em que o CIA apenas estabeleceu espaços industriais, permitindo empresas se instalarem sem a preocupação de aglomerações organizadas. O CIA será o objeto de comparação com o COPEC, sendo que este seguiu se adequa à teoria dos polos de crescimento.

4 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia a ser utilizada no problema. Esta metodologia compreende a análise documental, em particular, dos planos diretores do CIA e dos artigos relacionados ao COPEC. Além disso, também compreenderá o levantamento de dados primários e secundários. Essas informações permitirão a construção de uma base de comparação entre as vantagens comparativas aos dois polos industriais.

4.1 ANÁLISE DOCUMENTAR

Segundo Cellard (2009, p. 3), o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Este é insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. Desse modo, a análise documental será utilizada neste presente trabalho.

Abreu (2008, p. 2) discorre que é a partir dos vestígios preservados pelo tempo que a história é construída ou reconstruída. A relação do historiador ou cientista social com as fontes é uma das bases sobre as quais se edifica a pesquisa histórica. As fontes são a matéria-prima básica do historiador, indispensáveis para a reconstituição do passado. Esta é uma construção do historiador, portanto, parte da operação historiográfica. Nesse sentido, a história documentada serve de base para levantar as hipóteses do motivo pelo qual o objeto estudado obedece a um determinado comportamento.

Em Figueiredo (2009, p. 5), tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica têm o documento como objeto de investigação. No entanto, o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETOS DE COMPARAÇÃO

O CIA está localizado na Região Metropolitana de Salvador (RMS), nos limites municipais de Simões Filho e Candeias, distando 18 km de Salvador, 22,5 km do Polo Industrial de Camaçari (PIC), 15 km do Aeroporto Internacional Dep. Luís Eduardo Magalhães e 25 km do Porto de Salvador. Em sua área, encontra-se em operação o Porto de Aratu (BAHIA, 2011, p 1). O CIA, portanto, constitui-se de uma área consolidada com instalação de empresas de modo desordenado, em virtude da topografia acidentada.

Quanto ao COPEC, este foi o primeiro complexo petroquímico da América Latina, fundado em 1978. O COPEC está localizado nos municípios de Camaçari e Dias D'Ávila, integrantes da Região Metropolitana de Salvador. Pela sua localização privilegiada, distando 45 km do Porto de Salvador, 32 km do Aeroporto Internacional Dep. Luís Eduardo Magalhães e 25 km do Porto de Aratu, o COPEC, atualmente, passou a abrigar novos empreendimentos, a exemplo da implantação do Complexo Ford, Continental Pneus, Bridgestone/Firestone, Columbian Chemicals do Brasil, Monsanto Nordeste, Peroxy Bahia, Bahia Pulp e da Oxiteno Nordeste (SUDIC, 2011, p 1).

4.3 LEVANTAMENTO DA BASE DE DADOS

Uma comparação dos dois objetos de estudo será realizada, com base nos planos diretores do Centro Industrial de Aratu, em particular os de 1967 e o de 1980, e dos artigos versados sobre o COPEC. Este último, como um planejamento bem estruturado nove anos após a fundação do CIA, em 1976, serviu de base para o CIA. No levantamento de dados também foi realizada uma entrevista com então técnico do planejamento do CPE na época, o Dr. Alberto Valença, que é ex-secretário do planejamento do Estado da Bahia. Essa entrevista abstraiu-se a ideia de que os planos diretores poderiam absorver do polo petroquímico tais considerações, análises e projetos que descreveram o CIA.

Nesse sentido, uma entrevista absorve uma grande vantagem, segundo Lüdke & André (2014, p. 2), uma vez que permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Essa compreensão, bastante estendida, da entrevista pressupõe que esta seja uma ferramenta técnica que auxilia o informante a expressar uma informação a ser recolhida pelo

entrevistador numa determinada interação. Além disso, esta ocupa um papel atribuído à entrevista de facilitador da revelação daquilo que o informante sabe e que o entrevistador precisa saber (ROCHA et. al., 2014, p. 4).

Os aspectos elencados pela Superintendência do Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia (2014, p. 2) sobre a atual caracterização dos distritos também serão apresentados. Além do enfoque dos aspectos de infraestrutura e localização, também são elencados número de pessoas ocupadas em cada um dos distritos, a área, o número de empresas, a topografia, a distância em relação ao porto de Salvador e as características inerentes a cada um dos distritos industriais do CIA e do COPEC. Esse material de apoio fornecido pela autarquia é suficiente para fazer as análises e comparar em um dos dois norteando-se na teoria levantada neste trabalho.

As abordagens irão servir de análise para verificação do que o CIA poderia absorver e tomar o parâmetro de uma zona industrial de qualidade. Também será utilizada uma cronologia de entrada e saída de empresas do CIA para analisar o que causou este fluxo de entrada e saída de empresas no CIA, comparado com o fluxo do distrito industrial de Camaçari, o COPEC. Estas abordagens mostram a evidencia do planejamento bem estruturado do CIA, mas com problemas fizeram com que o CIA tomar a um centro industrial que apresenta várias debilidades.

5 RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa empírica. Para isso, foi realizado uma comparação entre as vantagens do CIA e do COPEC. Ao final do capítulo, é possível extrair algumas considerações sobre as dificuldades do Cia ao longo dos anos.

5.1 O PERFIL DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DA BAHIA

A tabela 2 apresenta os atuais perfis dos dois distritos. O fundamento de análise será focado nos seguintes atributos de comparação: número de empresas, localização, topografia, mão de obra, indústrias, área total, acesso, infraestrutura e serviços de utilidade pública distância em relação aos portos e características. Para a construção dessa base de comparação, foi considerado os fundamentos da Teoria dos Polos de Crescimento.

Tabela 2 – Perfis dos distritos industriais do CIA e COPEC – 2014.

ATRIBUTOS DE COMPARAÇÃO	CIA	COPEC
Número de empresas	147	120
Localização	Simões Filho e Candeias	Camaçari e Dias d' Ávila
Topografia	Acidentada	Plana
Mão de obra	15.786	36.223
Indústrias	Química Metal-mecânica Fertilizantes Produtos Alimentares Produtos Cerâmicos Bebidas Plásticos Metalurgia	Química Petroquímica Fertilizantes Celulose Automotiva Plásticos Química fina Metalurgia
Área total	250.433.947,00 m ²	304.789.537,14 m ²
Acesso	BR 324 Salvador - Feira de Santana Rodovia CIA – Aeroporto	Via Parafuso - liga o Polo à via Cia - Aeroporto Canal de Tráfego -, Liga o Polo e o Porto de Aratu. Interliga-se com a BA-093, BA-522 e BR-324. BA-093 - via de ligação entre a BR-324, BR-101 e BR-116, malha rodoviária de interligação do norte-sul.
Infraestrutura e serviços de utilidade pública	Energia Elétrica (COELBA; CHESF)	Energia Elétrica (Produzida pela CHESF e COPENE)

	Água (EMBASA) Telecomunicações Gás Natural Sistema Viário Interno	Água (fornecida pela EMBASA) Telecomunicações (EMBRATEL) Gás Natural Sistema Viário Interno Dutovia (Interliga Polo/Porto de Aratu/Mataripe até Porto de Aratu e Refinaria de Mataripe) Ferrovia Proteção ambiental
Distância em relação aos Portos	10 e 25 km	25 e 45 km
Características	Zonas industriais segmentadas em indústrias leves e pesadas; Plantas de pequeno médio e grande porte; Existência de áreas agrícolas remanescentes.	Economia de aglomeração; Alto grau de integração; Intensiva em capital e em plantas de grande porte.

Fonte: Elaboração própria a partir da Sudic, 2014.

5.1.1 Número de empresas

O CIA comporta, atualmente, um quantitativo de 147 empresas contra 120 do Polo Petroquímico. Estas empresas estão distribuídas de acordo com suas zonas industriais pelo CIA. Por outro lado, no COPEC, existia inicialmente um aglomerado único em função do processamento de um produto (o petróleo). As características de cada um destes distritos é que configurou, ao longo do tempo de fundação dos centros industriais, o atual quantitativo das empresas dispostas. Enquanto no CIA oscilou em diminuição e aumento, o COPEC teve uma significativa ascensão de ingresso de firmas. O tamanho médio das empresas é outro fator a ser considerado. No CIA, as empresas possuíam, em média, 107 funcionários cada, enquanto que no COPEC esse número de 302 funcionários por empresa. Desse modo, as possibilidades de maiores economias de escala estão localizadas no COPEC.

5.2.2 Localização

O CIA, no princípio, comportou uma localização significativa na Região Metropolitana de Salvador. Como descrito no capítulo dois, sobre o contexto histórico, o CIA se localizou na zona suburbana de Salvador, boa parte do limite municipal entre Simões Filho e Candeias e um pequeno percentual do território de Lauro de Freitas. O plano diretor de 1980 remodelou essa localização ficando limitada às duas regiões: o CIA Norte, localizada no município de

Candeias; e o CIA Sul, no limite municipal de Simões Filho. O distrito de calcados do CIA ficaria sediado nesta mesma região, configurando sua atual localização.

O plano diretor de 1967 descreve uma preocupação por parte das autoridades estatais sobre o problema de uma localização industrial:

A crise de condições físicas para localizar indústrias é problema universal, tanto pelos impactos adversos da localização não dirigida, como pelos custos globais de infraestrutura física e social exigidos para a implantação de um grande número de unidades fabris, pois os custos agregados de uma implantação industrial errática – sem falar nas sociais – são bem mais elevados de uma localização ordenada ou dirigida (BAHIA, 1967, p. 6).

Ou seja, há uma convergência no elencar da justificativa da criação do centro industrial com a teoria dos polos. O perigo de se criar um distrito industrial anárquico estava evidente. O estudo do documento permitiu destacar ainda a seguinte preocupação:

Quando as comunidades adquirem a consciência desses problemas e da possibilidade de evita-las, passam a buscar uma base industrial que lhes afete o crescimento harmônico, saudável e aprazível. Daí surge o zoneamento e os projetos de distritos industriais (ou áreas, parques ou cidades), envolvendo um processo de produção em massa de requisitos conjugados de localização física. Isso faz com que as cidades competem para atrair indústrias e tornam-se mais competitivas – prevenindo-se, porém, contra as consequências da industrialização espacialmente anárquica (op. cit., p. 7).

O plano diretor de 1980 redefiniu geograficamente a área de abrangência do CIA. O município de Lauro de Freitas foi excluído, porque o CIA não consolidava intervenções significativas neste município. A exceção era a estrada CIA – Aeroporto (BAHIA, 1980, p. 40). O município de Salvador, por apresentar intervenções industriais dentro de sua área municipal, também foi excluído da área de influência do CIA. Portanto, o plano diretor de 1980 teve o enfoque mais característico na redefinição geográfica do distrito industrial.

A zona de Valéria, bairro de Salvador, fazia parte do primeiro plano diretor do CIA. Por não se consolidar como um distrito integrante ao longo dos anos foi perdendo destaque aos interesses da autarquia. O bloqueio natural da mata fechada e da Indústria Siderúrgica da Bahia (USIBA) situada entre este bairro e o CIA foi o marco fundamental para a delimitação do espaço do distrito industrial. A zona de Valéria absorvia mão de obra do subúrbio ferroviário da capital baiana. Sendo assim, Salvador ganhou um pequeno distrito industrial dentro do seu limite municipal.

Quanto ao Complexo Petroquímico de Camaçari, sua localização atual é nos limites municipais de Camaçari e Dias d'Ávila. Desde o seu surgimento, foi feito um planejamento consciente de criação de um distrito industrial organizado. A localização teria que ser numa área plana, caracterizadas na teoria dos polos de crescimento, já descrito no capítulo três deste trabalho. O impacto dessa localização resultou no desenvolvimento destes dois municípios que o abriga. O COPEC surgiu como um distrito industrial voltado para a produção de apenas um produto e surgimento de uma indústria motriz. O resultado foi a atração de uma diversidade de empresas voltadas para este segmento com variadas funções, gerando economias de escala e aglomeração, o que deu forma ao COPEC. A topografia plana, característica dessas cidades, que será descrita no item a seguir, também foi um aspecto significativo referente a localização do COPEC.

5.1.3 Topografia

Os planos diretores do CIA evidenciam uma ausência de abordagem às críticas inerentes feitas a época de fundação do distrito. A análise topográfica da região compreendida pelo CIA, por exemplo, não foi realizada. A região é bastante acidentada, mesclada entre remanescentes de latifúndios agropecuários e indústrias de bens de consumo duráveis. Estas características poderiam se confluir em fatores da degradação atual do CIA. A área de influência do CIA foi revista somente no segundo plano diretor de 1980. Esta revisão ignorou as críticas levantadas ao CIA, desde a época do seu surgimento em 1967.

A topografia foi objeto de discussão e uma possível crítica ao surgimento do CIA. O terreno acidentado onde o distrito se localiza apresenta questões de custo de transporte e acesso que poderiam (e são) elevados. Existem atualmente zonas industriais do CIA localizadas em algumas regiões planas, mas a maior parte das zonas industriais localizadas estão em terrenos acidentados. Isso dificultou a planificação e a instalação das unidades locais de um número considerável de empresas.

Quanto ao Complexo industrial de Camaçari, este se localizou num terreno plano, nos municípios de Camaçari e Dias d'Ávila, inicialmente. As áreas, que dantes eram fazendas, sítios e vários lotes de terra abandonados foram dando lugar a instalações industriais de alta tecnologia voltada para a produção e desenvolvimento do petróleo. Pelo fato de a topografia

do COPEC ser plana, houve facilidade para as empresas se instalarem, uma vez que reduziu o custo de instalação das unidades locais de cada uma das firmas petroquímicas. Desse modo, a topografia plana facilitou a inserção de empresas no COPEC.

A primeira das vantagens comparativas do COPEC em relação ao CIA pode, dessa forma, ser apresentada explicitamente. A topografia mostrava que, enquanto no CIA o terreno é acidentado, no COPEC é predominantemente plano. Esta foi uma das críticas levantadas em relação ao CIA para o seu desenvolvimento futuro. Atualmente, uma empresa do segmento químico que pretenda realizar uma instalação na região metropolitana de Salvador, dará preferência o Complexo de Camaçari, por apresentar um terreno plano, perto da indústria mãe, dentre outros fatores que serão elencados adiante. Desse modo, o CIA perdeu competitividade em relocar ao COPEC, por causa da sua topografia.

5.1.4 Mão de obra

A geração de empregos foi um dos principais impactos causados pelos dois distritos industriais. O CIA empregou e emprega grande parte da mão de obra do subúrbio de Salvador e das cidades de Simões Filho e Candeias. Além disso, o CIA causou um fortalecimento na renda das famílias que se localizaram nestas regiões, devido ao emprego gerado no distrito. Atualmente, o quantitativo de pessoas ocupadas em todo o distrito é de 15.786. Este quantitativo está distribuído nas zonas industriais do CIA, que vão desde o pessoal da alta gerencia até os operários ligados à produção bruta.

Quanto ao complexo petroquímico de Camaçari, o quantitativo é de 36.223. A ascensão do COPEC, desde o seu surgimento, foi suficiente para empregar mais que o dobro de trabalhadores no distrito industrial de Aratu. Grande parte desse pessoal ocupado é oriunda de Salvador. Dias d'Ávila e Camaçari pouco representa a origem do quantitativo deste pessoal. O pessoal ocupado é um dos impactos da vantagem comparativa que o COPEC apresenta sobre o CIA. Além disso, o COPEC empregou muitos trabalhadores mais qualificados, vindos de outras regiões do país. O COPEC absorve grande parte da mão de obra mais qualificada em relação ao CIA. Essa mão de obra do COPEC teve grande impacto sobre a urbanização em Salvador, principalmente nos bairros mais nobres.

5.1.5 Indústrias

Em 1980, quando havia passado 13 anos do surgimento do CIA, o grupo de trabalho da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) do Estado da Bahia fez levantamentos estatísticos para avaliar o comportamento das empresas que operavam no distrito. As constatações presentes no histórico do documento síntese do plano diretor de 1980 foram as seguintes:

- i. Os ramos industriais, como os de mobiliário, tiveram fraco desempenho no Valor Bruto da Produção (VBP) e no Valor Agregado Bruto. Com um decréscimo de -7,7% no VBP e no VAB em relação ao VBP e ao VAB do CIA, este ramo mostrou pouca representatividade. Os ramos industriais de material elétrico e de transportes (6,2% de VBP e 4,3% do VAB), relativos ao VBP e ao VAB do CIA, representaram pouco. Estes ramos eram considerados os pioneiros no processo de implantação do CIA, sendo que se criava neles uma expectativa de crescimento considerável do CIA;
- ii. O CIA apresentou a maior taxa de mortalidade industrial, devido aos investimentos em fase de teste, que se deslocaram para o COPEC;
- iii. Houve excesso de expectativas dos empresários e início de projetos individuais no início da aprovação de projetos sem condições efetivas de funcionamento futuro, alguns deles por parte da própria SUDENE;
- iv. O ajustamento a uma nova dinâmica fabril, do qual não escaparam ramos de porte como metalurgia e o de minerais não metálicos, que contribuiu para a difusão da imagem negativa do CIA. O mau desempenho desses dois gêneros dependeu, em parte, da administração de seus preços em instâncias decisórias superiores em nível de governo;
- v. A origem de grande parte dos insumos era a Região Centro-Sul, sendo que os provenientes do Estado da Bahia correspondiam a 49,3% dos totais dos requerimentos.

As indústrias presentes no CIA são dos seguintes segmentos: química, metal-mecânica, fertilizantes, produtos alimentares, produtos cerâmicos, bebidas, plásticos e metalurgia. A diversidade de indústrias que se situam nas zonas delimitadas do polo industrial, não mostra uma vocação do CIA. O CIA é um aglomerado de indústrias com interesses difusos, evidenciando a inexistência de uma integração dentro destes segmentos. Desse modo, houve

até mesmo a possível concorrência entre empresas que se situavam no mesmo espaço resultando, dentre outras, no fechamento de pelo menos uma delas.

O COPEC é análogo ao perfil do CIA neste aspecto de segmentos industriais. Este apresenta as mesmas semelhanças de segmentos industriais do primeiro. Os setores do COPEC são: química, petroquímica, fertilizantes, celulose, automotiva, plásticos, química fina e Metalurgia. Cabe destaque, no período recente, para as indústrias do segmento automotivo e de celulose, que representavam o sucesso da implantação do COPEC, no que se refere à questão deste aglomerado industrial ser organizado. Em suma, o COPEC incentivou as indústrias não ligadas diretamente à petroquímica se instalarem na região, diversificando assim os segmentos industriais. No entanto, predomina ainda uma forte “indústria mãe” que é a petroquímica.

5.1.6 Área total

O CIA, atualmente, corresponde a uma área de 250.433.947,00 m². O polo industrial já foi muito maior do que esta metragem atual. O plano diretor de 1980 promoveu a redução da área, ao excluir Lauro de Freitas e, principalmente, Salvador. Concomitantemente, o Complexo Industrial de Camaçari surgiu pequeno e hoje comporta uma área de 304.789.537,14 m². Ou seja, o COPEC cresceu nestes últimos tempos, enquanto o CIA diminuiu e atualmente está estagnado na sua área de influência.

5.1.7 Acesso

O acesso é atributo de comparação que mostra a fragilidade do CIA, enquanto distrito industrial na Região Metropolitana de Salvador. As principais vias de acesso ao CIA são: BR 324 Salvador (Feira de Santana, a rodovia BA 528 a estrada da Base Naval de Aratu) e a rodovia CIA Aeroporto. É contraditório afirmar que o distrito industrial que abrangia uma área de quatro municípios e, ao longo do tempo se restringiu apenas a Simões Filho e Candeias tenha tido acessos viários não significativos. Outra via de acesso, a marítima, se situa o porto de Aratu. Esta via depende de navegações de cabotagem, na qual os atracadouros são inviáveis de serem utilizados nos períodos de maré baixa, o que torna pouco significativo esse acesso.

O COPEC, neste particular, tem uma imensa vantagem comparativa. Este grande projeto nacional tem os seguintes acessos descritos no quadro: a Via Parafuso (liga o Polo à via Cia – Aeroporto); Canal de Tráfego, que liga o Polo e o Porto de Aratu; Interliga-se com a BA-093, BA-522 e BR-324; BA-093 (via de ligação entre a BR-324, BR-101 e; BR-116, malha rodoviária de interligação do norte ao sul do País). Desse modo, o acesso e o escoamento da produção são diversificados o suficiente para egresso e abastecimento de cidades circunvizinhas da Metropolitana de Salvador e para outras cidades do interior baiano.

5.1.8 Infraestrutura e serviços de utilidade pública

O plano diretor de 1967 complementa as vantagens e desvantagens espaciais do CIA. Segundo o mesmo, o CIA tende a superar inconvenientes insuperáveis de Salvador, no tocante à industrialização baiana, nos seguintes itens: i) porto e suas condições de expansão e de acesso; ii) gargalos de transportes irredutíveis pelas condições topográficas e pela massa de construção, em sua grande parte tombada; iii) posição geográfica, sobretudo, quando as vias terrestres se tornam cada vez mais dominantes.

O documento elucida ainda as vantagens no âmbito nacional. A decisão de implantar o CIA evidenciava a atitude nova da comunidade baiana (governo, liderança empresarial, grupos profissionais e técnicos, e povo). O ingresso numa era de fundamentais mudanças tecnológicas nas atividades urbanas e rurais caracterizada pela industrialização, o CIA era grande parte dessa estratégia. O documento evidencia, nesse sentido, uma esperança, uma saída para superar a estagnação industrial baiana e acompanhar o desenvolvimento industrial brasileiro.

A partir deste aspecto, é possível descrever a vantagem atual comparativa dos dois distritos. A composição da infraestrutura do Centro Industrial de Aratu é: energia elétrica (COELBA; CHESF) água, telecomunicações, gás natural e o sistema viário interno. O que se tem conhecimento é que o serviço de telefonia está restrito à OI Telecomunicações S. A. Além do gás natural, que perpassa pelo distrito, também existe o serviço de energia, a cargo da COELBA e da CHESF. Quanto ao sistema viário interno, este se apresenta degradado, com incidência de matagais, entulhos de qualquer natureza e evidentes buracos, dificultando o

trânsito interno da produção. Desse modo, o CIA apresenta poucas condições de provimento de infraestrutura e serviços públicos.

Quanto à infraestrutura do COPEC, segundo informações da SUDIC em 2014: energia elétrica (Produzida pela CHESF e COPENE); água (fornecida pela EMBASA); telecomunicações (EMBRATEL); gás natural; sistema viário interno; dutovia (Interliga Polo/Porto de Aratu/Mataripe até Porto de Aratu e Refinaria de Mataripe); ferrovia; proteção ambiental: preservação ambiental através de redes de coletores, interceptores, barragens, e estações de tratamento. Isso mostra que a infraestrutura e os serviços de utilidade estão mais bem providos no COPEC do que no CIA.

O CIA não evidenciou essa infraestrutura no seu planejamento desde a questão do plano diretor de 1980. No documento síntese, pouco levou à frente projetos de requalificação de área industrial desta magnitude, como o COPEC fez ao que tem hoje na sua infraestrutura. Essa atual vantagem comparativa foi produto de um projeto nacional do governo militar em 1976 que, de acordo com Oliveira (2004, p. 7), prevaleceu o doutrinamento de promover a desconcentração da atividade econômica necessária ao alcance do objetivo maior, qual seja, o de desenvolver o Brasil com menores diferenças regionais. Desse modo, o COPEC era parte integrante do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

O COPEC necessitava obter esse teor de infraestrutura devido ao que estava se tornando. Uma aglomeração industrial, com a existência de uma indústria mãe (a petroquímica). As empresas, dessa forma, se sentiram estimuladas a investir no distrito industrial organizado, com infraestrutura garantida que assegurasse o bom funcionamento de os objetivos complementares, que era o de progredir. Esses transbordamentos de investimento foram dando cada vez mais força ao distrito industrial que já tinha algo estrutural consolidado.

5.1.9 Distância em relação aos portos

O CIA apresenta, talvez, uma das maiores vantagens comparativas de um polo industrial, no tocante à proximidade aos portos. A área de influência compreende o litoral da Baía de Aratu, com uma extensão de 10 km. Em relação ao porto de Salvador, este dista 25 km. O escoamento via mar está facilitado, neste sentido. O COPEC dista, em relação a porto de

Aratu, 20 km. No entanto, o escoamento da produção a este porto passa pelo distrito industrial de Aratu, via ferrovia. Quanto à distância do porto de Salvador, dista apenas 45 km do COPEC. Sendo assim, o CIA provém uma vantagem de proximidade em relação ao escoamento da produção por vias marítimas.

5.1.10 Características do CIA

Este último aspecto sintetiza vantagens comparativas que um distrito exerce sobre o outro, considerando a abordagem teórica apresentada no capítulo 3. A teoria dos polos de crescimento propôs uma integração entre indústria mãe, matéria prima e mercado. Enquanto o COPEC absorveu essas características, o CIA tomou o caminho inverso, deixando a cargo das empresas se desenvolverem de acordo com os seus interesses. As empresas que se instalavam no CIA buscavam seu próprio mercado isoladamente. A ausência ou a presença de participação dos órgãos públicos é o que dará os caracteres dos distritos industriais a seguir. Portanto, o CIA mostra características divergentes da teoria dos polos de crescimento.

O CIA apresenta as seguintes características segundo o quadro comparativo no início desta seção: zonas industriais segmentadas em indústrias leves e pesadas; plantas de pequeno médio e grande porte e; existência de áreas agrícolas remanescentes. O CIA foi projetado para ser um projeto local. Porém, a história descrita nos planos diretores, frente ao grupo de trabalho da Secretaria de Indústria e Comércio do CIA, não se deu desta maneira. Os terrenos foram oferecidos de acordo com o zoneamento a todo o tipo de segmento industrial.

As indústrias de produção pesada se situavam nas zonas industriais pesadas de acordo com os segmentos definidos no plano diretor. Os setores do segmento metalúrgico, por exemplo, se situavam nas zonas definidas pelo plano nas chamadas Zonas Industriais Leves e Médias (ZILM). Os de segmento de moveis se situaram no Distrito de Calçados do CIA (DICA). O mesmo vale para os segmentos de bebidas e produtos alimentares, que se localizaram nas zonas industriais leves. O que não se verificou neste particular é que poderia existir uma forte concorrência, ao se colocar estas empresas em cada zona industrial. Desse modo, existiam evidências de competitividade no local independente do zoneamento de indústrias de segmento leve e pesado.

As indústrias de pequeno, médio e grande porte se instalavam de acordo com sua conveniência e interesse, sem se preocupar com a possível instalação de um concorrente na área. A negociação com as áreas remanescentes de terrenos agrícolas, pastagens e sítios também precisaria ser feito. Além disso, cabe ressaltar a urbanização desordenada nas áreas que compreendem o bairro de Valéria em Salvador, que ocupa uma pequena área de influência do distrito. Os cemitérios industriais que ali surgiam foram produto da forte concorrência entre empresas de determinada zona ou do deslocamento desses investimentos para o COPEC.

5.1.11 Características do COPEC

Quanto às características do Polo Industrial de Camaçari, estas são: economia de aglomeração, alto grau de integração, intensivo em capital e com plantas de grande porte (OLIVEIRA, 2004, p. 25). O principal motivo para desenvolver e fundar o COPEC foi: o surgimento da PETROQUISA (Petrobras Química SA), no mesmo ano de fundação e funcionamento do CIA, em dezembro de 1967 (funcionando no ano seguinte). A COPENE, subsidiária da PETROQUISA, se instalou iniciando os trabalhos do COPEC, dois anos após sua fundação. O Brasil, ao ingressar na era da petroquímica, se aproximava industrialmente dos países desenvolvidos (Op. cit., p. 26).

O Polo Petroquímico seguiu fielmente a teoria. A teoria dos polos de crescimento preconizava a integração entre capital, mercado e matéria prima. Essa integração necessitava de um produto comum, suficiente para atração de investimentos que trabalhassem de acordo com as características deste produto. O produto era, no caso, o petróleo. Grande parte das empresas atualmente instaladas no COPEC trabalhava em função deste produto. Os demais segmentos eram apenas complementares ao produto desenvolvido em questão, devido à forte infraestrutura oferecida no local.

A vantagem comparativa do COPEC em relação ao CIA é visível quando se nota a questão da infraestrutura e vias de acesso e escoamento da produção. A diversidade de indústrias do CIA, por exemplo, são suficientes para buscar uma reflexão do quesito vocacional deste distrito. Qual é a do CIA? O COPEC tem vocação de uma indústria, voltada para a produção e refinamento do petróleo, transformando através das firmas, dispostas de forma organizada,

uma diversidade de produtos empregando trabalhadores das principais cidades da Região Metropolitana de Salvador, como Camaçari e a própria capital. Quanto à produção do COPEC, esta é exportada para o resto do país e para outros países. O CIA apresenta a vantagem comparativa em relação à proximidade aos portos. Essa desvantagem comparativa por parte do COPEC é superada com a ferrovia de escoamento da produção para o porto de Aratu. A ferrovia, entretanto, passa pelo CIA.

A decisão de construir um novo polo petroquímico foi uma decisão de política nacional. A implementação foi facilitada pela vigência do governo militar, de tal forma que as decisões puderam ser executadas sem resistências das forças econômicas (OLIVEIRA, p. 60). As razões deste domínio estatal do COPEC, na época, foram: a falta de experiência dos grupos privados nacionais; a existência da PETROBRAS e; a capacidade do setor público de levantar recursos financeiros necessários ao financiamento dos investimentos (Op. cit., p. 61). Desse modo, o COPEC era visto como uma conquista da política baiana, superando questões menores no respectivo processo de implantação e apresentava alto valor para o desenvolvimento regional. Além disso, cumpria o desejo do governo federal de desconcentrar espacialmente a atividade econômica.

O COPEC teve ainda financiamentos do BNDES. Em Oliveira (2004, p. 62), o BNDES ofereceu quatro linhas de financiamento de longo prazo: (i) financiamento direto até o limite de 60% do investimento; (ii) financiamento aos acionistas nacionais, até o limite de 80% das necessidades aporte do capital de risco sem direito a voto e direito de recompra das holdings dos grupos privados nacionais, com objetivo de fortalecimento destas; (iii) financiamento a empresas e pessoas físicas para compra de ações e; (iv) emissão primária, através do mercado de capitais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi estudar a evolução do CIA. O problema de pesquisa que se colocou foi o de evidenciar as vicissitudes do CIA frente às mudanças de sua estrutura. Desse modo, a partir da teoria dos polos de crescimento e de uma pesquisa documental, buscou-se verificar as vantagens e as desvantagens do CIA em relação ao COPEC. A responsabilidade de implantação do CIA estava baseada numa estratégia de diversificação produtiva, com a intuição de fornecimento para mercados próximos à área de instalação. No entanto, isso não foi satisfeito com o real funcionamento e comportamento das empresas que integraram o distrito. O CIA era uma alternativa de mudança, de mudança pra melhoria, uma alternativa para o processo de industrialização. A maior industrialização ocorreu de fato, mas os fatos analisados mostraram que o projeto do CIA já nasceu com dificuldades difíceis de serem superados.

A análise do contexto de implantação do CIA mostrou que o desenvolvimento nacional não foi suficiente para mudar a nova cara deste distrito industrial. Isto porque o COPEC mantinha uma estrutura de ponta e era responsável por 49,8% do ICMS do Estado da Bahia. O caminho apropriado do governo baiano para tornar as estratégias mais efetivas e sustentáveis no médio e longo prazo era aumentar a habilidade do “aprender a aprender”. O comportamento e os interesses políticos dos agentes foram os fatores que determinaram no processo de aprendizado, deixando de lado o desenvolvimento do CIA.

A Teoria dos Polos de Crescimento foi utilizada como base de sustentação da análise empírica e pode auxiliar nas principais conclusões do trabalho. Essa teoria facilitou a compreensão das principais vantagens e desvantagens comparativas do CIA frente ao seu “concorrente”, que é o COPEC. De um modo geral, essa teoria permitiu concluir que o CIA já surgiu com debilidades que seriam difíceis de serem superadas no longo prazo. Embora este ocupe um papel importante na industrialização do Estado da Bahia, a sua estagnação passou a ser perfeitamente compreensível ao final da análise.

Em Aratu, a natureza peculiar da topografia, de um lado, oferecendo percentuais moderadas de terreno plano e, de outro, o baixo custo de oportunidade das terras, em área pouco distante da atual estrutura urbana de Salvador, justificam também a solução de uma implantação de um distrito industrial. Este distrito seria o distrito industrial de Aratu. A localização realmente

influenciava a natureza de funcionamento do distrito. No entanto, não foi feita consideração o tipo de capital que estava sendo implantado. Na maioria dos casos, o tipo de capital ia contra a natureza peculiar da topografia.

A outra razão de uma criação do distrito estava pautada nas perspectivas de desenvolvimento industrial, ou seja, no mercado potencial de localização industrial na Bahia. As condições gerais de localização em Salvador e sua área circunvizinha mostra que muitas indústrias poderiam sofrer retardos e custos onerosos para se implantarem na região do CIA. A propaganda para o empresário investir no CIA utilizou-se de informações imprecisas. Além disso, o governo federal estava, no espaço, de fundamentar a autarquia COPEC. O interesse organizacional estratégico para as empresas não foi estabelecido e não havia uma garantia correta para os investimentos que pretendiam se instalados no CIA. O empresário, interessado em auferir lucros, precisava observar com cautela as propagandas dos documentos de 1967 e o de 1980. Como muitos não fizeram isto, graves problemas de mortalidade de empresas foram gerados.

O CIA não entrou em consonância com a teoria dos polos de crescimento. Como descrito no capítulo dois, o CIA apresentou investimentos que eram considerados “fase de teste”. A maturação destes provocou um deslocamento para outro distrito industrial, em particular, para o COPEC, em 1976. Este fato era contra a noção de crescimento à taxa de crescimento superior à média nacional. Por se tratar de um distrito diversificado, as ligações locais de insumo-produto deveriam ter aumentado. Logo, sairia oneroso, tanto na aquisição de insumos quanto na venda do produto final. A diversificação também induziu ao escoamento da produção de forma diversificada, atendendo a vários mercados. A teoria pouco versa sobre este aspecto, uma vez que foca mais no fortalecimento do mercado local.

A diversificação do CIA foi mais além do que o conceito sugere: diversificou o destino dos produtos tanto quanto nos insumos. Na própria cadeia produtiva existia diversificação. As demais características não satisfazem o papel do distrito industrial de Aratu. O número de patentes criadas era tímido, indo contra a ideia da teoria sobre o perfil de uma indústria de atividade inovadora. As cidades como Candeias e Simões Filho eram consideradas de pouca importância econômica ao distrito. O único escoamento da produção era por vias marítimas de cabotagem no porto de Aratu e via terrestre adentrando em Salvador e as que tinham ido para o interior do Estado da Bahia. As características descritas não se adequavam à teoria, em

que esta prega uma forte integração entre Estado, capital privado e mercado para fortalecer a região onde o distrito se localiza. No entanto, o aspecto de aumentar a empregabilidade na região suburbana de Salvador teve forte comparação com a Teoria dos Polos de Crescimento.

A metodologia aplicada neste trabalho descreveu as vantagens comparativas do CIA, comparado ao COPEC. Os documentos e a revisão das características dos dois distritos foram norteadores de busca de uma resposta ao fato de o CIA não tornar-se um projeto do Estado da Bahia que tenha atingido sua plenitude. Concomitantemente, pode-se concluir que o COPEC foi o precursor da estagnação e declínio do CIA. Enquanto o Polo Petroquímico se reforçou com investimentos estatais nas áreas de infraestrutura, privados de qualquer âmbito, o CIA apenas reduziu sua área de influência ficando limitada apenas a Simões Filho e Candeias. O projeto nacional de industrialização na Região Metropolitana de Salvador ofuscou o projeto local, que era o CIA. Não se pode contestar a importância do CIA para a industrialização do Estado da Bahia. No entanto, o excesso de expectativas não realizadas gerou vários problemas ao longo dos anos.

Diante destas aceções levantadas sobre o distrito industrial, este trabalho fecha com uma proposição sobre o CIA. Neste caso, um novo plano diretor, arquitetado com a SUDIC. Este plano diretor poderá revisar todos os inconvenientes datados de 33 anos. Neles, depois de revisados os erros de projeto, com os levantamentos documentares, provenientes da metodologia deste trabalho, o novo plano diretor pode conter as seguintes premissas básicas:

- i. Estabelecer objetivos precisos a curto, médio e longo prazo do conjunto e de cada um dos seus setores fundamentais, de acordo com os objetivos gerais provenientes da SICM e da SUDIC;
- ii. Projetar sistemas técnicos, gerenciais e operacionais necessários à construção daqueles objetivos e dos meios e métodos indispensáveis à materialização do funcionamento desejado desses sistemas;
- iii. Avaliar os fatores disponíveis e os processos de mudança requeridos para o nivelamento daqueles meios e métodos às necessidades identificadas;
- iv. Aproveitar as áreas não utilizadas, negociando com os terrenos de terceiros ou uma articulação com o capital industrial com o capital agropecuário existente no distrito;
- v. Integração com o estado, municípios envolvidos e capitais privados sobre a possibilidade de transformar o CIA num centro tecnológico.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. E. A. **Pesquisa e Análise Documental**. Disponível em: <<http://www.unievangelica.edu.br/gc/imagens/noticias/1817/file/01.pdf>>. Acesso em: 11 de junho de 2014.
- AMORIM, L. S. B. CIMA, E. G. Desenvolvimento regional e organização do espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação. **Rev. FAE**, Curitiba, v.10, n.2, jul./dez. 2007.
- BAHIA. **Centro Industrial de Aratu**. Aratu: um polo de desenvolvimento. nº 1. Salvador, set/1967.
- _____. **Centro Industrial de Aratu**. Industrialização baiana: Considerações sobre o Centro Industrial de Aratu e desenvolvimento regional. Salvador, SIC, 1978.
- _____. **Centro Industrial de Aratu**. Plano diretor do CIA, documento síntese. Salvador, 1980.
- _____. Superintendência de Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia (SUDIC). **Distritos Industriais**. Disponível em: <<http://www.sudic.ba.gov.br/DistritosIndustriais.aspx?pagina=suaempresa-distrito>>. Acesso em: 22 de abril de 2014.
- _____. Superintendência de Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia (SUDIC). **Sobre a SUDIC**. Disponível em: <<http://www.sudic.ba.gov.br/infranew.htm>>. Acesso em: 7 de novembro de 2011.
- BRANDÃO, M. A. A regionalização da indústria do Brasil: Recife e Salvador na década de 70. **Revista de Economia Política**. Salvador, v. 5, n. 4, out./dez. 1985.
- CELLARD, A. A análise documental. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. v. I, n. 1, Julho de 2009.
- COFIC POLO. **Mapa de localização do Polo Petroquímico de Camaçari – 2014**. Disponível em: < <http://www.coficpolo.com.br/2009/mapa2.php?pagina=2> >. Acesso em: 25 de julho de 2014.
- DARZE FILHO, E. **O problema da verticalização com adensamento e articulação da estrutura industrial da Bahia**. Trabalho de conclusão de curso de especialização em Economia – UNIFACS. Salvador, 2002.
- FERREIRA, A. **Desenvolvimento Regional: Limites e Possibilidades Institucionais – Um Estudo de Caso da Região do Vale do Paraíba – RJ**. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento – UFRJ. Rio de Janeiro, 2012.
- FIGUEIREDO, N. M. A. Método e metodologia na pesquisa científica. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. v. I, n. 1, jul/ 2009.

GUERRA, O. TEIXEIRA, F. Os 50 anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Analise e Dados**. Salvador, SEI, v. 10, n. 1, jul/2000.

IBGE. **Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=2221&z=t&o=22&i=P>>. Acesso em: 22 de Novembro de 2011.

_____. **Conceitos das variáveis Selecionadas da Atividade Industrial**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/atividades/conceitos.shtm>>. Acesso em: 9 de Setembro de 2013.

IPEA. **Percentual de participação das indústrias do CIA e COPEC no PIB nos municípios – 1975**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 30 de outubro de 2013.

LIMA, A. C. C; SIMÕES, R. F. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. **CEDEPLAR/FACE/UFMG**. n. 1, Belo Horizonte, set/2009.

LIMA, P. Economia do Nordeste: tendências nas áreas dinâmicas. **Análise Econômica**. Porto Alegre, UFRGS, v. 12, n. 21 e 22, mar.- set./1994.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Disponível em: <<http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/viewFile/1132/896>>. Acesso em: 11 de junho de 2014.

MENEZES, V. Evolução e alternativas de inserção industrial: uma proposta para a Bahia. **Reflexões de economistas baianos**. Salvador, n. 5, 2001, p.111-141.

OLIVEIRA, A. Influência do Polo Petroquímico de Camaçari na Região Metropolitana de Salvador. **Bahia Analise & Dados**. Salvador, SEI, v. 17, n. 2, jul.- set./2007.

_____. **O Polo Petroquímico de Camaçari (Bahia, Brasil): industrialização, crescimento econômico e desenvolvimento regional**. Tese de Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional – UNIFACS. Salvador, 2004.

SILVA, R. C. M. **Salvador Redesenhada pelo Desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Superintendência de pesquisa e pós-graduação - UCSAL. Salvador, 2008.

SOBRINHO, E. Reflexos da globalização na distribuição espacial dos investimentos industriais privados no estado da Bahia. **Revista Desenhahia**. Salvador, n. 4, mar./2006.

SOUZA, N. J. Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Revista Análise**. Porto Alegre, n. 1, v. 16, jan./jul. 2005.

UDERMAN, S. A indústria de transformação na Bahia: características gerais e mudanças estruturais recentes. **Revista Desenhahia**. Salvador, n. 3, set./2005.

_____. **Indústria e desenvolvimento regional:** uma análise das estratégias de industrialização na Bahia. Salvador: FIEB, 2008, p. 1-11.

URBE PLANEJAMENTO. **Mapa de localização do Centro Industrial de Aratu – 2014.** Disponível em: < <http://www.urbeplanejamento.com.br/urbe/?portfolio=revisao-do-plano-diretor-do-centro-industrial-de-aratu> >. Acesso em: 25 de julho de 2014.

ANEXO

ANEXO A – Centro Industrial de Aratu

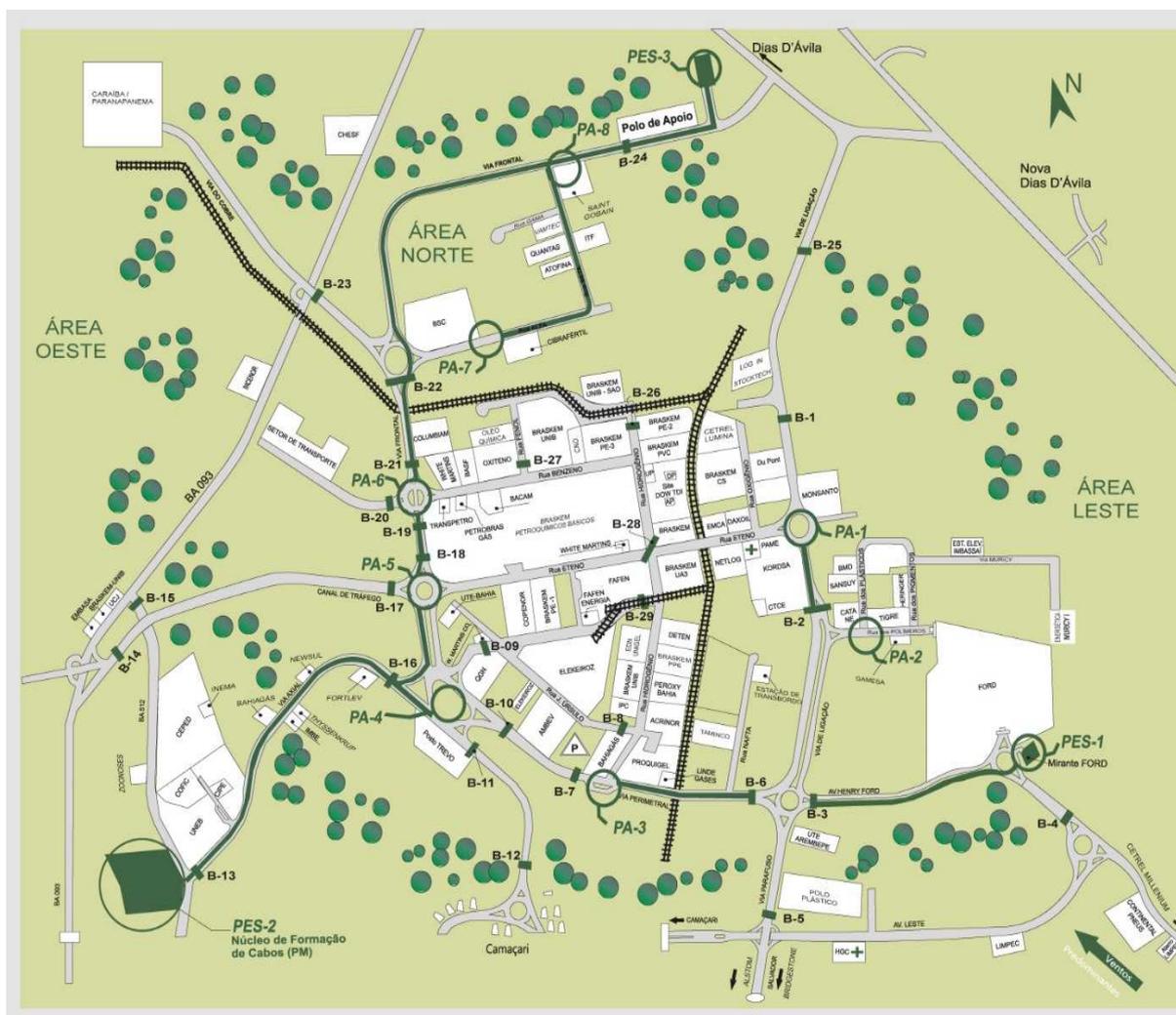
Figura 1 – Mapa de localização do Centro Industrial de Aratu – 2014:



Fonte: Urbe Planejamento (2014).

ANEXO B – Polo Petroquímico de Camaçari

Figura 2 – Mapa de localização do Polo petroquímico de Camaçari – 2014:



Fonte: Cofic Polo (2014).